

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

LIANA BATISTA

**“A INFLUÊNCIA DO TRABALHISMO NA TRAJETÓRIA POLÍTICA DE
DJALMA MARANHÃO”**

NATAL – RN

2006

LIANA BATISTA

**“A INFLUÊNCIA DO TRABALHISMO NA TRAJETÓRIA POLÍTICA DE
DJALMA MARANHÃO”**

Monografia apresentada à disciplina
Pesquisa Histórica II, sob a orientação
da Professora Conceição Fraga do
Curso de História da Universidade
Federal do Rio Grande do Norte.

NATAL – RN

2006

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	
1 A CLASSE TRABALHADORA, O PARTIDO POLÍTICO E AS TRANSFORMAÇÕES NO ADVENTO DA SOCIEDADE INDUSTRIAL.....	7
1.1 Trabalhadores e Reorganização Social.....	7
1.2 A Experiência da Revolução Russa.....	12
2 O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO, OS TRABALHADORES E OS PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL.....	29
2.1 Processo de Industrialização.....	30
2.2 O Papel do Imigrante Estrangeiro no Operariado Brasileiro.....	39
2.3 A Experiência da Greve de 1917.....	44
2.4 Criação do Partido Comunista Do Brasil (P.C.) e do Partido Trabalhista Brasileiro (P.T.B.).....	52
3 A RELAÇÃO ENTRE DJALMA MARANHÃO E O TRABALHISMO.....	59
3.1 A Luta Sindical no Rio Grande do Norte.....	59
3.2 Histórico Pessoal de Djalma Maranhão.....	61
3.3 O Papel do Trabalhismo na Trajetória Política de Djalma Maranhão.....	65
CONCLUSÃO.....	
BIBLIOGRAFIA.....	
FONTES.....	

INTRODUÇÃO

A dificuldade que a maioria dos governos tem em conseguir avanços na área social me fez ter interesse por políticas específicas nessa área, em especial pelo governo Djalma Maranhão devido ao seu caráter popular. Este governo tem sido caracterizado através dos anos como um governo voltado para a assistência às classes mais baixas da população, conseguindo, por exemplo, uma redução significativa nas taxas de analfabetismo com sua mais famosa campanha: “De pé no chão também se aprender a ler”, que foi acompanhada por outra campanha intitulada: “De pé no chão também se aprende uma profissão”, que comprovam a preocupação que seu governo tinha em conseguir melhorias para as populações carentes.

Suas denúncias contra as explorações dos trustes internacionais no nosso Estado e mais amplamente no nosso país, incluindo o fato de a campanha “De pé no chão também se aprender a ler” ter sido feita exclusivamente com dinheiro brasileiro, além de sua luta pela reforma agrária, demonstram a preocupação que seu governo tinha em defender o Brasil contra o “imperialismo” das grandes potências. Contudo, não trabalharei em minha monografia o governo Djalma Maranhão em seu aspecto nacionalista, nem em seu caráter educativo, nesta monografia tratarei especificamente da passagem de Djalma Maranhão pelos seguintes partidos: Partido Comunista (PC), Partido Trabalhista Nacional (PTN) e pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), a fim de analisar a influência do trabalhismo, política comum aos três partidos, em sua trajetória política.

Justamente por ter sido contemporâneo de acontecimentos importantes de boa parte do século XX e participado ativamente da política do Rio Grande do Norte é que escolhi a trajetória de Djalma Maranhão para ser objeto de minha pesquisa. Ele foi testemunha de acontecimentos marcantes daquele século como as mudanças acarretadas pela chegada da

eletricidade, a semana de arte moderna de 1922, a criação do Ministério da Educação e Saúde em 1930, a própria revolução de 30, o surgimento do voto secreto, a consolidação de uma frente econômica baseada na indústria nos anos 30, o advento da constituição de 1934, a “Era Vargas”, o uso do rádio como instrumento informativo, comercial e principalmente educativo, os regimes totalitários nazi-fascistas. A Segunda Guerra Mundial, o desenvolvimentismo dos anos cinquenta, a revolução cubana em 59, o golpe de 64 que inclusive, fez com que Djalma fosse deposto e exilado para o Chile, etc...

Estudar a trajetória política de Djalma Maranhão é de grande importância para a historiografia, pois ele é constantemente lembrado apenas pelas conquistas educacionais de sua administração, a maioria das pesquisas feitas sobre ele diz respeito à campanha anteriormente citada: “De pé no chão também se aprende a ler”, esta monografia inova exatamente por ser uma investigação que pretende ir além das questões educacionais desse governo.

São raras as monografias sobre Djalma que o analisem sob a ótica da história, daí a dificuldade de se encontrar obras que sirvam de referência para esta pesquisa. Se muito pouco foi produzido a respeito de Djalma Maranhão e a maioria das produções diz respeito ao caráter educacional de seu governo, menos ainda existe na área de história e absolutamente nenhuma obra que trate a respeito de sua passagem pelos referidos partidos trabalhistas citados.

Esta escassez de trabalhos sobre Djalma na área de história, não deve ser encarada como reflexo da falta de importância dessa figura para o Estado do Rio Grande do Norte, pois ele foi um dos maiores líderes da esquerda nacionalista do Estado e esteve diretamente envolvido em momentos essenciais de nossa história, como a luta pelas reformas de base defendidas pelo governo João Goulart. Djalma estava, inclusive, ligado à defesa da legalidade do governo “Jango”, no episódio do golpe militar de 1964. Este personagem tem

extrema relevância social por ter ocupado funções públicas importantes como a cadeira de deputado estadual (1954 – 1956), deputado federal (1960) e duas vezes de prefeito da Cidade do Natal (1956 – 58/1961 – 64), sendo eleito na segunda vez através do voto popular. Também por ter passado por diferentes correntes do trabalhismo através dos três partidos trabalhistas dos quais fez parte (PCB/PTN/PSP), com isso é possível afirmar que Djalma Maranhão é uma espécie de “síntese” do trabalhismo brasileiro, o que nos proporciona a possibilidade de, através de uma única pessoa, entender quais as concepções de trabalhismo existentes na época em que ele viveu.

Através dele é possível analisar, em um quadro mais amplo, as reivindicações e desejos da classe trabalhadora traduzidos nas políticas dos partidos pelos quais Djalma passou. Exemplo de seu desempenho nas lutas dos trabalhadores é o fato de ter estado à frente da luta dos sindicatos do Rio Grande do Norte pela fundação da CTB (Confederação dos Trabalhadores do Brasil), juntamente com Carlos Serrano, Cícero Mendonça, Luís Soares e Antônio Félix.

Como tratar apenas a noção de trabalhismo significaria ter que destrinchar a “Era Vargas” e o nascimento do PTB, as relações entre “getulismo”, populismo e trabalhismo, as articulações em torno do surgimento do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, a trajetória dos sindicatos, etc... e esse estudo tornaria a monografia demasiadamente extensa, optei por analisar a trajetória de um político que por ter vivido mais da metade do século XX, é a própria expressão desse século, pelo que presenciou e também pelas escolhas políticas que fez.

1 A CLASSE TRABALHADORA, O PARTIDO POLÍTICO E AS TRANSFORMAÇÕES NO ADVENTO DA SOCIEDADE INDUSTRIAL

Neste capítulo tratarei de dois momentos específicos: no primeiro momento veremos como o advento do capitalismo modificou por completo o cenário do trabalho, e conseqüentemente a vida dos trabalhadores, com sua maquinaria que substituiu a mão-de-obra antes indispensável, fazendo com que os trabalhadores procurassem novas formas de organização visando proteger-se do desemprego e dos excessos do mundo industrial, o que alterou por completo o modo como o homem se via diante de seu ofício, as relações sociais e as relações de trabalho, etc... no segundo momento analisaremos a experiência da Revolução Russa que foi, sem dúvida, uma grande influência para que outros países repensassem as suas realidades de trabalho e fez com que muitos trabalhadores sonhassem com a possibilidade, agora real, de reverter a realidade de exploração e completa submissão ante os donos dos meios de produção e de se tornarem os únicos donos da sua força de trabalho.

1.1 Trabalhadores e Reorganização Social

Em meados do século XIX o capitalismo encontra todos os meios favoráveis para sua expansão, o desenvolvimentismo maquinário e o advento do vapor que substitui a produção artesanal e transforma as manufaturas em grandes indústrias modernas, criam as novas bases para o capitalismo e consolida o sistema. Era a etapa da produção em larga escala, o capitalismo ingressava definitivamente em sua fase industrial. Cada vez mais se acentuava a divisão da sociedade em grandes capitalistas de um lado, proletários do outro, mediados por uma massa de pequenos comerciantes e artesãos, segmento flutuante e

oscilante da população. Esse sistema iniciava um processo que acentuar-se-á anos mais tarde, mas já dava demonstrações da vinda de grandes problemas para a massa proletária: a superexploração do trabalho, que atingia até 16 horas por dia, exploração de mulheres e das crianças, o trabalho sem condições mínimas de salubridade, aglomeração de operários em locais de trabalho sem nenhuma condição de higiene ou acomodação.(RICARDO C. ANTUNES, 2003)

O intenso desenvolvimento do processo de produção capitalista teve a crescente necessidade de recorrer cada vez mais ao uso das máquinas. Esse aumento progressivo da utilização dos maquinários das indústrias modernas causou a substituição de grandes contingentes de mão-de-obra que foram lançados ao desemprego.

A divisão de classes acentuou-se significativamente, pois agora os donos de meio de produção preferiam utilizar máquinas que além de produzir em maior quantidade que o operário, estava livre de todos os encargos, salários, benefícios, etc.

No início da proliferação das máquinas nos setores de produção, os operários elegeram-na como seu maior inimigo e passaram a destruí-las. O movimento dessas primeiras manifestações de revolta dos operários ficou conhecido como *ludismo*. Conseqüentemente os donos dos meios de produção criaram um respaldo legal para proteger seu patrimônio e em 1812 o parlamento inglês aprovou uma lei que tornava passível de morte quem destruísse uma máquina.(RICARDO C. ANTUNES, 2003)

Segundo Engels (a situação da classe trabalhadora na Inglaterra), a forma mais elementar de luta da classe operária marcou uma resistência violenta à introdução das máquinas. Os primeiros inventores foram inicialmente perseguidos, mas essa forma de revolta era isolada, limitada e não atingia o poder dos donos de indústria, além disso, colocou a sociedade inteira contra os operários pelo seu gesto considerado brutal. Era então

necessário encontrar uma forma de oposição mais eficiente e que representasse um avanço nas lutas da classe operária.

De início a dispersão entre as classes trabalhadoras e a falta de consciência de que mesmo em diferentes funções, todos eles pertenciam a uma mesma classe operária, dificultou a tomada de decisões e a conquista de direitos que só surgiu aos poucos, quando os trabalhadores percebendo que as máquinas eram o principal motivo de sua miséria e desemprego, passaram então a enviar petições com reclamações ao parlamento, que os enviava aos tribunais para serem julgados.

Foi de essencial importância para esse avanço a lei votada em 1824 pelo parlamento inglês, onde se conquistou o direito que até então era restrito às classes dominantes: a livre associação.

Houve a identificação com um grupo bem mais abrangente, com todas aquelas pessoas que dispunham apenas da venda da sua força de trabalho para viver. Os capitalistas, donos dos meios de produção, apropriaram-se e exploraram a força de trabalho da grande massa da população operária, o que, na verdade, constitui o único meio de sobrevivência dessa parcela da população, a sua capacidade de produzir. O produto criado pelo trabalho operário passa, portanto, a ser apropriado pelo capitalista. Com a instituição do salário, há cada vez mais a diminuição da remuneração do trabalhador, o operário torna-se então cada vez mais escravo do produto gerado pela sua própria força de trabalho, além disso, é obrigado a cumprir uma jornada de trabalho extenuante que muitas vezes chegava a 16 horas por dia, sem nenhum tipo de benefício, como educação, saúde, garantia de moradia. Crianças também eram utilizadas e trabalhavam, assim como seus pais, em condições subumanas. Portanto, quase que contraditoriamente, à medida que o capitalismo desenvolvia-se em ritmo desenfreado, cada vez mais os operários – apesar da resistência dos patrões – começavam um lento processo de identificação com operários da mesma função,

da mesma fábrica, até que quando já estavam agrupados às centenas dentro das fábricas, prontos para pressionar os donos das indústrias por melhores condições de subsistência, é que se consolida a consciência de classe que mais tarde resultará no agrupamento de milhares de trabalhadores em uma única organização própria construída exclusivamente para lutar pelos seus interesses – o sindicato.

Os sindicatos nascem diretamente dos esforços da classe operária na sua luta contra o despotismo e a dominação do capital. A primeira finalidade dos sindicatos é impedir que os níveis salariais se coloquem abaixo do mínimo necessário para a manutenção e sobrevivência do trabalhador e sua família, essa união impede que o capitalista trate cada operário isoladamente, fazendo com que ele se veja obrigado a aceitar um salário inferior ao mínimo indispensável para os seus sustento e o de sua família.

Os sindicatos são, por conseguinte, associações criadas pelos operários para sua própria segurança, para a defesa contra a incessante exploração da sua força de trabalho pelo capitalista, para a manutenção de um salário digno e de uma jornada de trabalho menos extenuante, já que os lucros dos donos dos meios de produção aumentam não só em função dos baixos salários pagos ao trabalhador e ao advento das máquinas, mas também em função do tempo excessivo de trabalho que o operário é obrigado a cumprir.

Conquistado o direito de livre associação, as uniões sindicais passaram então a fixar os salários para toda a categoria, passaram também a regulamentar o salário em função do lucro, obtendo aumentos que acompanhavam a produtividade industrial e nivelando-se a toda categoria.

O sindicato tornando se representante da classe operário, agrupou todos os assalariados que não estavam organizados, tornaram-se ainda centros de organizações que visavam à emancipação econômica, social e política dos trabalhadores. Eles negociavam

com os capitalistas a criação de uma escala de salários, forçando sua aceitação e deflagravam greve sempre que esses salários rejeitados.

O movimento sindical expandiu-se, floresceram greves em todo o mundo capitalista, desde os países mais avançados até aqueles de industrialização mais atrasada. A classe operária ganhava novas dimensões e avançava na batalha de sua emancipação; em 1866 realizou-se o congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores, reunindo representantes operários de todo o mundo. Neste congresso reafirmou-se a importância da criação dos sindicatos, definida como as tarefas primordiais do proletariado que iniciou um processo de luta, desencadeando desde reivindicações puramente econômicas até movimentos propriamente políticos como o Cartismo na Inglaterra, as Revoluções de 1848 na França e Alemanha, até a Comuna de Paris em 1871. Em todos estes eventos a participação da classe operária foi decisiva.

Atualmente os sindicatos são instituições reconhecidas e sua ação é admitida como fator de regulamentação e fiscalização dos salários, da jornada de trabalho e da legislação social. É devido à intervenção sindical que a lei dos salários é controlada pelos trabalhadores. E, além disso, o sindicato também é responsável por fortalecer aos operários meios de resistência contra os excessos do capitalismo. O surgimento dos sindicatos significou, sobretudo, um processo gigantesco da classe operária por propiciar o fim da dispersão e da impotência dos operários e dar início aos rudimentos da união de classes.

1.2 A Experiência da Revolução Russa

Buscando compreender os antecedentes da Revolução Russa, constatamos que a “efervescência” social, política e econômica em que se encontrava o país surgiu em consequência de vários fatores: as prerrogativas inalteradas da autocracia czarista (o regime absolutista dos czares prevaleceu na Rússia até 1917), a centralização administrativa; uma população agrícola maciça imperfeitamente emancipada em 1861, uma classe trabalhadora em rápido crescimento; uma quantidade mínima de instituições representativas; e uma camada irrequieta de profissionais e estudantes. Todos esses problemas foram agravados ainda mais no fim do século XIX por um enorme programa de industrialização com todas as suas implicações – demográficas, financeiras, sociológicas e psicológicas – sem dúvida criou o mais potente desafio para o *status quo*. Entretanto, a industrialização não foi fenômeno novo algum na Rússia. Estivera em andamento desde a Guerra da Criméia; a emancipação de 1861 deu algum impulso adicional ao movimento, contudo, foi somente na década de 1890 que ela usufruiu do encorajamento estatal em um esforço compulsivo para acabar com o atraso russo e superar decênios de inércia. O ímpeto para industrializar o país expressou a profunda necessidade de desvendar a grandeza e o poderio russos: “... Alexandre III (1881 – 94) compreendeu que um país sem indústria manufatureira poderosamente desenvolvida não podia ser grande.” Escreveu Vitte, o principal ministro do Czar. (LIONEL KOCHAN, 1968)

Vitte, o mais destacado estadista russo desse período, era a verdadeira personificação desse ímpeto. Sem dúvida muitos êxitos foram alcançados. Nas indústrias pesadas, o ritmo do desenvolvimento foi especialmente rápido. A década de 1890 marcou o ponto em que a indústria russa entrou na maturidade. Em 1914 a Rússia estava produzindo amplamente

ferro e aço, carvão, petróleo, e além disso, exportava mais de doze milhões de toneladas de cereais.

Mas a construção de uma pesada base industrial desencadeou enormes tensões através de toda a estrutura política russa. Uma das piores foi, por exemplo, um crescimento populacional sem precedentes, em muito superior ao de qualquer outro país europeu, a população se elevou em quase o dobro em menos de cinquenta anos. A explosão demográfica russa não apenas agravou o problema endêmico da superpopulação agrária, mas também promoveu certo grau de um proletariado extremamente descontente. No levante de 1905, por exemplo, o papel do proletariado foi tão mais importante quanto maior era a cidade. O acentuado aumento da população tornou impossível à indústria, independentemente da rapidez de sua expansão, absorver mais do que 5% de toda a força de trabalho e contribuiu com apenas cerca de quinta parte da renda nacional e até mesmo esse modesto resultado só foi conseguido com a injeção de empréstimos e investimentos estrangeiros maciços e subsídios governamentais, bem como com a ajuda da tarifa altamente protecionista de 1891 (embora esta tenha sido originalmente adotada por motivos orçamentários). (LIONEL KOCHAN, 1968)

Esta política fiscal não podia deixar de suscitar a hostilidade dos interesses agrícolas e imobiliários. O encorajamento da indústria pesada pelo governo legou necessariamente o sacrifício dos interesses entre indústria e agricultura se aprofundou ainda mais, em última análise eram os camponeses que tinham de pagar, muito além de seus recursos, pelo desenvolvimento da indústria. Isto foi uma consequência da política fiscal de tributação indireta, do governo e também dos altos preços das mercadorias importadas após da tarifa protecionista. Longe de trazer benefícios para o povo, a indústria contribuiu ativamente, portanto, para o seu empobrecimento. Os flagelos da fome de 1891 e

1898 pioraram ainda mais a situação. Já que devido a sua pobreza a população não possuía absolutamente nenhuma reserva de alimentos.

A tentativa de Vitte de converter a Rússia de seu estado de dependência colonial das potências ocidentais, importadora de produtos manufaturados e exportadora de matérias-primas, em moderno estado industrializado, repercutiu com igual implacabilidade sobre o novo proletariado urbano. Para a maioria, a transição do campo para a fábrica foi desastrosa. Havia grande escassez de instalações higiênicas e habitacionais, especialmente para os casais com filhos. O máximo que era oferecido em muitas das cidades recentemente engolfadas era um canto nos acampamentos das fábricas. Os salários eram vistos como pouco importantes, o que se harmonizava com a orientação de Vitte: ele reprovava o consumo pessoal e frisava que a economia e o acúmulo de capital “tem significado produtivo somente quando aplicados a novos processos de produção. Economizar meramente para o uso imediato, para o aumento da satisfação pessoal, pouco proporciona ao país...” (LIONEL KOCHAN, 1968)

A insuficiência de alimentos e combustível, a carestia de vida, os salários de fome e a desorganização reinante, tornavam mais intenso o sentimento de revolta geral, especialmente da classe operária, sem dúvida a mais castigada pelo caos econômico em que se encontrava o país. A situação dos trabalhadores piorou ainda mais com a proibição virtual das greves e dos sindicatos. Nessas circunstâncias, a repetição de explosões de descontentamento não podia deixar de se transformar em conflito aberto com o próprio governo e era comum o uso de soldados e da polícia em tais conflitos.

O desespero popular e até mesmo a ajuda da inimiga Alemanha que facilitava a entrada de líderes revolucionários no país, como Lênin, foram decisivos para que a Revolução Russa acontecesse. As sucessivas derrotas do exército czarista só contribuíram para aumentar o descrédito junto à população.

A incapacidade da sociedade russa tradicional de absorver o impacto da industrialização, em todas as suas ramificações, estendeu-se também à autocracia. O czarismo foi, em todas as suas esferas tanto quanto a ordem agrícola e fabril, envolvido em uma crise sem precedentes. Um critério para a relutância do czar em encarar o mundo moderno pode ser encontrado, por exemplo, em sua negação de contratar um secretário particular, temerosos de que isso limitasse os seus poderes. (LIONEL KOCHAN, 1968)

Nicolau II (1894 – 1917). Se viu cada vez mais incapaz de dominar, muito menos compreender, as fontes de instabilidade e levante. Seu isolamento, até mesmo alheamento de seu ambiente podem ser claramente percebidos quando em conversa com o embaixador britânico *Sir* George Buchanan, pergunta o Czar: “Que eu devo recobrar a confiança do meu povo ou que ele deve recobrar a minha confiança?”. Palavras que foram ditas pelo czar na própria noite de sua abdicação forçada. (LIONEL KOCHAN, 1968)

A inadequação desse sistema autocrático puramente nominal era inerente à decadência do sistema social russo e se acentuou no final do século XIX. A velha divisão da população na tríplice classe dos nobres, cidadãos e camponeses se desintegrou com a crescente diversificação da sociedade. Uma nova camada expressa de profissionais, técnicos e comerciantes se desenvolveu, desafiando a classificação dentro do esquema antigo. A participação política foi negada a esta nova camada da população. As associações de advogados, professores e industriais viram todas as suas atividades subjugadas, algumas até mesmo totalmente suprimidas. Foi somente no ano de 1905 que seus pedidos de uma assembléia constituinte baseada no sufrágio universal, direto e secreto mereceram alguma atenção.

Mesmo diante das pretensões de classe e casta a oposição da classe culta e de minorias nacionais e religiosas tais como os judeus, poloneses, ucranianos, finlandeses e georgianos foi extremamente eficaz. Apesar de ser impossível quantificar essa eficácia e

também a contribuição dada para a crise russa pela política de conversão forçada de católicos, judeus, muçulmanos, e luteranos à Igreja Ortodoxa Grega.

A filiação de grupos minoritários a partidos revolucionários demonstra a hostilidade da população frente ao governo, o que se estendia aos membros das classes cultas fossem eles organizados em grupos políticos ou não.

O contraste entre a decadente autocracia russa e o progresso e eficiência advindas do ocidente tornou-se finalmente tão flagrante que levou as instituições russas ao descrédito e libertou grandes alas da população de seus tradicionais deveres de obediência ao governo.

Em contrapartida, quanto mais o país se embrenhava num esforço para se aproximar dos modelos de industrialização europeus por meio de políticas planejadas de modernização, tanto mais a crise original se aprofundou. Por todos esses motivos, podemos concluir que a sociedade russa passou, no fim do século XIX e princípio do século XX, não apenas por uma crise extremamente subjetiva, uma crise, digamos, de “consciência”, mas também por uma crise estrutural provocada pelo ímpeto modernizador que atingiu todos os setores da sociedade não deixando sequer somente uma instituição ileso.

O levante de 1905, revelou um império que se tornou ingovernável, fato completamente ignorado pelas autoridades russas como demonstra a declaração de Vitte a um correspondente da *Associated Press* pouco depois da assinatura do Tratado de Paz Russo-Japonês em Julho de 1905. Dizia ele: “o mundo devia estar surpreso com o fato de termo qualquer governo na Rússia e não com o fato de termos um governo imperfeito, com muitas nacionalidades, muitas línguas e uma nação grandemente analfabeta, é maravilhoso o fato de o país poder ser mantido unido até mesmo pela autocracia. Lembra-te de uma coisa: se o governo do Czar falhar, verás o caos absoluto na Rússia e passar-se-ão muitos e longos anos antes que vejas outro governo capaz de controlar a mistura que forma a nação russa.” (LIONEL KOCHAN, 1968)

Até mesmo em tempos ditos “normais” parecia que um estado de ilegalidade estava profundamente engastado na sociedade russa. Isso é claramente demonstrado quando observamos fenômenos diversos como a violenta dispersão de reuniões estudantis, expedições punitivas contra os camponeses, motins nas forças armadas, choques armados entre soldados e grevistas, assassinatos de principais políticos e autoridades e incursões de destroçamento de bolchevistas contra agências do Banco do Estado e arsenais do governo.

O império era composto pelos mais divergentes fenômenos, o barulho da mais moderna maquinaria, a poesia de Blok, a solicitação de instauração de uma assembléia constituinte, a agonia dos feridos pela fome, a música de Rachmaninov e Stravinsky, a agitação socialista e as orações de um autocrata desgastado, manifestos patrióticos e a marcha de uma manifestação trabalhista. Toda essa desarmonia se tornou cada vez mais clara quando o império entra no século XX. Homens diferentes como Tolstoi e Dostoievsky expressaram protesto com base em critérios morais, éticos e religiosos.

A literatura russa quase sempre apresentou os comerciantes e os homens de negócios como figuras dignas de escárnio. A mente burguesa, com os seus cálculos de lucros e perdas, seu descaso pelo fator humano e sua racionalidade era inerentemente repugnante para amplos círculos da classe culta russa. O indivíduo seria sacrificado à ordem fabril. A divisão do trabalho, antinatural, mas inevitável, transformaria o homem em personalidade inferiorizada. A pobreza do mercado interno completava um círculo vicioso, pois obviamente a classe camponesa empobrecida não poderia garantir um mercado preparado para o consumo em massa dos produtos da indústria russa, e mais ainda, camponeses cuja situação agravada pela fome de 1891 estava se tornando cada vez pior graças às próprias medidas (alta tributação, por exemplo) adotadas com o intuito de incentivar a indústria. Depois de instalada a indústria, entretanto, a Rússia permaneceu, em qualquer padrão de comparação, uma área atrasada. O comércio interno e externo tinha baixo nível, a

produtividade agrícola e industrial se comparava desfavoravelmente com a de qualquer outra grande potência européia.

Além do mais, a competição das exportações em grande escala de cereais das Américas depois de 1870 não apenas reduziu os ganhos dos camponeses como também tornou mais difícil do que nunca obter a divisa estrangeira necessária para saldar os empréstimos contraídos no interesse da construção ferroviária.

O peso da repressão governamental teve a sua maior eficácia em razão do fato de o operário-camponês da fábrica e da mina trazer consigo de sua aldeia de origem certa tradição de passividade. Mais ainda, o trabalhador estava sob a mais forte pressão para não comprometer os seus salários, ele também não dispunha de fundo de greve ou sociedade de amigos a qual pudesse recorrer. Ainda assim, as greves rapidamente se tornaram uma característica da vida industrial russa. Mas, em razão das circunstâncias inibidoras, políticas e tradicionais tenderam a ter curta duração de modo algum contando com pleno apoio. Os incidentes em grande escala forçaram o governo a atenuar a repressão com algum sinal de concessão.

Em 1885, uma greve especialmente violenta de uns 4 mil trabalhadores irrompeu nas tecelagens da província de Vladimir, de propriedade da família Morosov. A luta se tornou rapidamente incontrolavelmente violenta quando o governador convocou a polícia e soldados. As investigações subseqüentes revelaram tais abusos da gerência, que a fim de evitar problemas semelhantes, o ministro do interior foi forçado a recomendar ao czar novas medidas destinadas a determinar as relações entre empregador e trabalhadores. Alexandre III concordou e uma comissão dirigida por Von Plehue, o ministro substituto do interior, elaborou uma lei publicada em 1886 que se tornou fator básico da legislação trabalhista do czar. Entre outras coisas esta lei definia que o “contrato de mão-de-obra fabril não é

meramente um contrato civil, mas uma questão de interesse público irreparavelmente ligada à ordem e à paz públicas.” (LIONEL KOCHAN, 1968)

A seguir a lei define os pontos essenciais do contrato comprometendo empregador e empregado, salários deveriam ser pagos a prazos fixos e somente em dinheiro; não deveriam ser reduzidos uma vez firmado o contrato inicial, não deve ser exigido nenhuma espécie de pagamento por parte dos operários pelo uso de ferramentas, assistência médica e iluminação, etc... Contudo, a lei não teve aplicação imediata em todo o império. Sob certos aspectos teve algum efeito benéfico, reduzindo o preço dos alimentos na fábrica e diminuindo as multas, contribui, sem dúvida, para remover as formas mais grosseiras de exploração, entretanto, não foi mais longe que isso, o que se evidencia com a abundância pelas greves de fins das décadas de 1880 e 1890. Como aconteceu, dada a orientação patronal do governo, a balança pendeu para o lado do capital, assim, em troca da intervenção estatal em seu favor, os trabalhadores tiveram de abandonar todas as reivindicações no sentido de formar assembleias para discutir seus interesses comuns – a prática policial era considerar todas essas assembleias, a menos que antecipadamente autorizadas.

Além disso, era típico do governo encarar a questão de que empregador e trabalhador não deviam ser iguais perante a lei: no caso de não-pagamento de salários era necessário ao agravado instaurar processo civil, o que nunca acontecia, mas constituía crime, por exemplo, o trabalhador deixar o emprego antes de expirado o seu contrato. Por todas essas razões a lei de 1886 malogrou, portanto em cumprir o seu propósito, falhou completamente na remoção dos agravos fundamentais dos trabalhadores no tocante ao pagamento e às condições. O movimento grevista ganhou ritmo e peso irresistíveis, especial e mais ameaçadoramente nas tecelagens de grande escala e instalações metalúrgicas. Mais

ameaçadoras ainda, as greves da década de 1890, pois tinham tonalidades políticas e eram organizadas.

Na ocasião da coroação do novo czar Nicolau II. O governador de São Petersburgo decretou o fechamento das fábricas – as de propriedade privada por um dia e as do Estado por três dias. Esses “feriados” deviam ser pagos. Os trabalhadores de empresas privadas podiam também tirar dois dias extras, mas sem remuneração. Essa limitação produziu um sério mal-entendido, pois quando alguns destes voltaram ao trabalho após três dias de ausência, descobriram que haviam perdido dois dias de pagamento. A reação imediata foi uma greve pelos trabalhadores afetados. Mensageiros levaram a notícia de fábrica em fábrica. Dentro de dois dias quase todas as fábricas de tecidos gigantescas da cidade estavam paradas. Toda a força de trabalho de 30.000 trabalhadores estava parada. A Rússia jamais tinha visto algo igual. Constituiu novidade também a ausência da violência e de também a ausência da violência e embriaguez costumeiras de parte dos grevistas. Essa autodisciplina resultou, em parte, da formação de comitês de greve primitivos pelos trabalhadores e da eleição de representantes para manter ligação entre as fábricas. Podem ser vistos nestes os germes dos futuros *Soviets* (conselhos de trabalhadores) e sindicatos.

Os colegas de outras indústrias deram apoio financeiro aos tecelões. Um pequeno organismo de sociais-democratas, incluindo Lênin, se agrupou em um sindicato de luta pela emancipação da classe trabalhadora, publicando folhetins e apelos em apoio aos grevistas. Mas dentro de uma semana a greve foi sufocada. A falta de recursos financeiros forçou os grevistas a voltar ao trabalho, sua principal exigência – a diminuição da carga horária de trabalho de treze para dez horas e meia permaneceu sem atendimento, mas até mesmo essa derrota foi temporária. Uma segunda grande greve irrompeu em janeiro de 1897. Três meses depois, o governo foi forçado a conceder o dia de trabalho de onze horas e meia. (LIONEL KOCHAN, 1968)

Os trabalhadores sofriam não apenas inadequação salarial, mas também humilhações e uma sensação de ressentimento, privados de qualquer forma de organização ou representação oficial, desarraigados do campo, constantemente à mercê dos empregadores e da polícia, existiam apenas como uma massa amorfa.

De início, as greves eram iniciadas sempre por reivindicações puramente econômicas contra o abuso administrativo, os salários reduzidos, a repressão e as condições de trabalho intoleráveis. Mas devido ao governo reprimir qualquer passo dado coletivamente pelos trabalhadores por sua própria iniciativa para melhorar as suas condições, os objetivos políticos gradativamente tornaram-se dominantes.

Em 1990, uma organização conhecida como *Socialista* divulgou um folheto onde defendiam que em toda greve era claro que a polícia, os inspetores fabris, os soldados eram sérios obedientes do empregador, os trabalhadores precisavam travar uma luta não apenas com os capitalistas e não apenas por interesses econômicos agora, era hora de perceber que sem representatividade e liberdade política, sem o direito de serem eleitos, de formar sindicatos, de realizar reuniões, e a liberdade de palavra, de imprensa de consciência, pessoal e de movimento era impossível que o trabalhador se desenvolvesse como deveria.

As medidas de repressão aumentaram, os inspetores fabris foram instruídos com mais vigor do que nunca para que informassem os grevistas sobre a punição de que se tornavam passíveis. As autoridades aumentaram as forças policiais nos distritos industriais. Se durante alguns anos, o camponês ainda acreditava que o czar resolveria o problema da má distribuição de terras através de decretos, em fins do século XIX e começo do século XX, o estado de ânimo nas aldeias era muito diferente, não havia mais a espera pelas resoluções do czar.

Os camponeses começaram a tomar as rédeas de sua situação, até que chegaram relatos ao Ministério do Interior de que uma série de “desordens” de camponeses sob a

forma de danos sistemáticos aos campos e prados dos donos das terras, juntamente com o desvio de gado sob a proteção de homens armados de paus, aduelas e garfos de mato, e de ataques aos vigias e guardas dos donos das terras. Quando os guardas florestais prendiam o gado dos camponeses que se moviam em grupos formados por aldeias inteiras, estes atacavam prédios e fazendas.

Em um Estado autocrático que monopolizava todas as formas de vida política, a existência de partidos políticos era impensável, no entanto, dentro de dois anos apenas três partidos políticos (obviamente ilegais) surgiram e se colocaram contra o czarismo: os Socialistas-Revolucionários (1901), um partido liberal (1903) e os Sociais-Democratas (1903). Essa “ânsia” por representatividade política é uma demonstração clara do estado interno crescentemente fluido da Rússia na entrada do século. É importante dizer que a “Comuna” existia antes dessa emancipação determinada pelo fim do isolamento rural dos camponeses, mas devido ao fato de o governo desejar evitar o surgimento de uma classe de camponeses e também por ser mais fácil aos donos de terras tratar com os trabalhadores como um todo do que individualmente, seus poderes foram reforçados e até ampliados, as terras doadas aos camponeses como resultado dessa emancipação, por exemplo, foram confiados à Comuna. Por outro lado, muito do que o camponês ganhou no tocante à liberdade, foi anulado pelo papel coercivo da autoridade da coluna aldeã que passou a controlar a liberdade de movimento individual do camponês.

Poucos setores da vida russa escaparam à ameaça da realidade da violência nos primeiros anos do novo século. Os estudantes revolucionários exigiram duas vítimas em 1901 e 1902, respectivamente, Bogolepov, ministro da educação e Sipyagin, ministro do interior. Isso indicou o ressurgimento do interesse político entre os estudantes, após as greves e manifestações estudantis de 1899. As mais fortes organizações em Kie pertenciam aos estudantes poloneses, ucranianos e caucasianos, pois não havia universidades no

Cáucaso e os estudantes desses territórios freqüentavam a de Odessa ou Kiev. Entre 1902 e 1903, o movimento dos trabalhadores da indústria ganha um paralelo com os dos camponeses. (LIONEL KOCHAN, 1968)

Em Zlatoust (um centro mineiro), os soldados mataram 69 operários grevistas antes de ser restaurada a ordem. Bogdanovitch, governador que ordenou as tropas foi assassinado. Na cidade de Baku em 1903 ocorreu o movimento mais significativo: os trabalhadores das refinarias de petróleo, as oficinas mecânicas, e os departamentos ferroviários entraram em greve pela carga horária de oito horas de trabalho, pagamento por doença, maiores salários, melhores condições de trabalho e construção de escolas e hospitais pagos pelo empregador. A greve se espalhou por outras cidades como Tiflis, Batlum, Zubatov, cidades do outro extremo da costa do Mar Negro: Odessa, Kiev, Ekaterinoslav, Nikolayev, etc... Adquiriu escala sem nenhum precedente, os propósitos econômicos e políticos se fundiram definitivamente.

Os anos de 1904-06 foram os da exposição da enorme hostilidade de uma força quádrupla que não era novidade, mas que jamais se havia interpenetrado tão estreitamente, e que deixou cicatrizes incuráveis no corpo da autocracia: os operários, camponeses, liberais e minorias nacionais (em especial poloneses, finlandeses e povos bálticos) moveram-se em massa, embora sem coordenação, contra o governo. Este resistiu ao ataque e reagiu, contudo, a verdade da frase de Trotsky não podia ser negada: “A Revolução é morte! Viva a Revolução!”.

O fracasso militar contínuo abalou rapidamente o governo. A guerra se tornou um catalisador que ocasionou uma crise interna cada vez mais profunda. Cada grande derrota russa no Extremo Oriente era um aviso ameaçador para milhares de milhas no Ocidente. As reuniões antes secretas porque clandestinas se transformaram em reuniões públicas abertas e manifestações de rua.

No início de Janeiro de 1905 em menos de 15 dias São Petersburgo testemunhou a maior manifestação de sua história: cerca de 200 mil trabalhadores, atravessaram a cidade em direção ao palácio de inverno. Uma petição foi elaborada para ser entregue ao czar, ela enumerava certas exigências políticas e econômicas, mas também incluíam exigências de educação universal e compulsória, liberdade de imprensa, associação e consciência, libertação de prisioneiros políticos, separação entre Igreja e Estado, substituição da tributação indireta por imposto de renda progressivo, igualdade perante a lei crédito a juros baixos, transferência das terras para o povo, execução das ordens do almirantado dentro e não fora da Rússia e término da guerra com o Japão. Finalmente, a fim de impedir a opressão do trabalho pelo capital, a petição exigiu a abolição dos inspetores fabris, uma comissão permanente de trabalhadores para representá-los em cada fábrica, liberdade para organizarem cooperativas e sindicatos liberdade de luta entre trabalho e capital e seguro estatal para os trabalhadores. (LIONEL KOCHAN, 1968)

No domingo, 9 de Janeiro de 1905, houve o inevitável choque entre a multidão e policiais, trabalhadores de toda São Petersburgo, entre eles mulheres e crianças, foram massacrados a tiros e golpes de espadas. A manifestação fracassou, mas a Rússia nunca mais foi a mesma. Os trágicos resultados daquele domingo sangrento tiveram como consequência a ativação política das massas. O massacre tornou o interesse pela política um fenômeno de massa na sociedade russa, houve um aumento no número de membros dos partidos revolucionários, a procura pelos livros sobre a social-democracia igualmente.

Nas áreas de fronteira – Báltico, Finlândia, e Cáucaso – o Domingo Ensangüentado emprestou nova incitação à violência e ao ressentimento nacionalistas. As forças armadas foram irremediavelmente afetadas, freqüentemente soldados e marinheiros atacavam seus interesses oficiais, hasteavam a bandeira vermelha, desobedeciam às ordens. Durante todo o resto de 1905 e parte de 1906, o império russo se tornou um panorama de greves,

manifestações, petições, levantes de camponeses, distúrbios estudantis, assassinatos. O movimento morria em uma área, mas eclodia em outra parte violentamente. A gradativa pressão sofrida pelo czar, como por exemplo, o assassinato de seu tio o grão-duque Sergei, comandante militar de Moscou, forçaram-no a ceder cada vez mais até que deu ordens para Bulygin, ministro do interior para que fossem convocados representantes do povo a fim de prepararem novas leis.

O grito de Trotsky: “A Revolução é morte! Viva a Revolução!”, teve eco no grito de Lênin: “1905 voltará!”. A Rússia viveu os anos subseqüentes neste estado de inquietude e insegurança até que em 1917 o exército já se encontrava completamente desmoralizado, muitos dos soldados já se mostravam simpáticos as idéias socialistas, chagando ao ponto de muitos deles desmontarem seus fuzis e recusarem-se a sair de seus abrigos. O movimento grevista, a fome, a derrota militar, o caos governamental, o incipiente desdobramento industrial e a confusão administrativa se combinaram para criar uma situação completamente propícia à Revolução. Rasputin foi assassinado, as desordens começaram em pequena escala em 13 de fevereiro, multidões de até 5 mil pessoas marcharam pelas ruas, quebraram vitrines de lojas, cantaram a “marsellaise” desencadeando manifestações irrefreáveis, a bandeira vermelha foi hasteada, ataques eram feitos à polícia com garrafas, granadas de mão e revólveres. Líderes partidários constituíram um comitê provisório que rapidamente nomeou um governo provisório, responsável por adotar imediatamente uma anistia imediata, liberdade de palavra, imprensa e assembléia, abolição de todas as restrições baseadas em classe, religião e nacionalidade, convocação de uma assembléia constituinte livremente eleita, criação de uma milícia do povo para substituir a polícia, o czar abdica, uma comissão formada por 30 ou 40 esquerdistas, de todas as tonalidades de opinião se reúne para formar um Comitê Executivo Temporário do Soviete dos Deputados dos Trabalhadores, que pediu aos manifestantes que elegeisse seus deputados – um homem

para cada mil trabalhadores por fábrica, um homem para cada fábrica com menos de mil trabalhadores e um soldado para cada companhia. Subitamente houve um crescimento no número de órgãos políticos, sindicatos, sociedades culturais e cooperativas, entre estes os mais importantes foram os sovietes de trabalhadores, camponeses, soldados, conselhos de fábricas e comitês fabris. Em 1916 estoura a Revolução e os socialistas “moderados” assumem o poder encabeçados pelo intelectual kerenski. Em fins de 1917, após uma série de sangrentos combates internos, encontrava-se Rússia sob a ditadura de dois líderes socialistas, Lênin e Trotsky, o czar e sua família foram assassinados. O novo governo assegurou a paz com a Alemanha através do Tratado de Brest-Litouski em 1918, reconhecendo a perda de vastos territórios que se transformaram em estados nominalmente livres colocados provisoriamente sob a tutela germânica. (LIONEL KOCHAN, 1968)

Assegurada a vitória, os bolcheviques obedecendo a um plano marxista, estabeleceram a *Ditadura do Proletariado* que deveria promover a nacionalização e a socialização de todas as fontes de produção. Fábricas e campos foram declarados propriedades do governo revolucionário objetivando instalar uma nova ordem política, social e econômica, visando construir um Estado onde, de acordo com o ideal marxista, nenhum homem trabalharia para si ou para qualquer patrão particular, mas exclusivamente para a coletividade.

Inúmeras tentativas de contra-revolução, muitas das quais apoiadas pelos antigos aliados terminaram em batalhas sangrentas e incontáveis fuzilamentos e medidas enérgicas aniquilaram as resistências. Algumas regiões que se haviam desmembrado da Rússia, tais como a Ucrânia e a Geórgia, foram reconquistadas pelo novo Estado comunista conhecido agora como U.R.S.S.. Essa denominação provém do fato de nela haverem assumido o governo os sovietes (conselhos) formados pelos representantes de operários e camponeses,

os únicos componentes da população inicialmente chamados a colaborar na tomada de direção do país.

O governo apropriou-se da totalidade das indústrias, cuja produção sofreu uma queda assustadora devido à desordem geral. A princípio, tentou-se abolir o comércio privado, fazendo-o passar inteiramente para as mãos das autoridades. A iniciativa fracassou e, mais tarde, houve um retorno às empresas comerciais privadas, embora com severas restrições e sob estreita vigilância do governo, que também passou a exercer severa fiscalização sobre a agricultura, em grande parte, ainda sob a tutela dos proprietários de terra. Áreas cada vez maiores foram sendo enquadradas em fazendas coletivas, organizadas, em geral, de acordo com o sistema cooperativo. A socialização progressiva da terra produziu reação dos camponeses proprietários, que em várias regiões, se rebelaram, sendo, porém, subjugados.

Em 1921 foi instituído a Nova Política Econômica (conhecida como NEP), e que permitia, não só o restabelecimento do comércio particular, mas ainda o de pequenas indústrias, essa medida foi apontada como um recuo na aplicação das doutrinas marxistas. Entretanto, aos poucos, segundo as comunicações oficiais soviéticas, semelhantes concessões foram sucessivamente anuladas.

Durante muito tempo coube a suprema direção dos negócios da U.R.S.S. ao líder Lênin. Morto esse chefe, em 1924, travou-se acirrada luta política entre os partidários de seu antigo companheiro Trotsky e um dos outros cabeças da revolução conhecido como Stálin saindo vitorioso da disputa.

O NEP, novo plano traduzido em planos quinquenais fez reaparecer, até certo ponto, o estímulo da iniciativa individual, o que trouxe apreciável melhora à situação econômica e facilitou o reerguimento das indústrias, embora com um acréscimo considerável do custo de vida. Num esforço para restabelecer o equilíbrio dos preços e promover a prosperidade,

Stálin inaugurou, em 1928, o primeiro plano quinquenal, visando resolver dentro de cinco anos os mais prementes problemas econômicos. É justamente neste período que a revolução consolida-se como uma ditadura que controlava as massas, as artes, todas as atividades culturais, incluindo a educação, foram forçadas a entrar em canais mais estreitos e arregimentados com objetivos claros de impedir que o regime fosse questionado, mas apesar de a “revolução camponesa”, outrora imaginada como meio para libertar as camadas mais sacrificadas da população das forças do czarismo, tenha se transformado, inegavelmente, numa ditadura igualmente sanguinária e despótica, ela serviu de incentivo para que comunistas, anarquistas, socialistas do mundo inteiro pudessem acreditar que a “ditadura do proletariado” poderia ser instaurada em outras partes do mundo, o que acabou incentivando as lutas de trabalhadores proletários, sua influência surtiu efeito em todas as partes do globo, inclusive do Brasil, onde a tentativa de tomada do poder, inspirado pelo ideal russo, deu-se pouco mais tarde em 1935, sob o comando de Luís Carlos Prestes. Para entendermos a caminhada dos trabalhadores brasileiros é necessário conhecer em que tipo de sociedade eles viviam e quais as razões da necessidade de mudanças tão preementes no sistema de trabalho existentes no Brasil no início do Século XX.

2 O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO, OS TRABALHADORES E OS PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL

Neste capítulo abordarei quatro questões: em um primeiro momento, tratarei do advento da indústria que aporta a sociedade brasileira no século XIX fazendo com que os trabalhadores se organizem para regulamentar e assegurar até mesmo que sejam criadas leis garantindo seus direitos profissionais e que lhes dêem condições de trabalho digno para as mais diferentes categorias profissionais, incluindo a regulamentação do trabalho de menores, mulheres, diminuição de carga horária, condições mínimas de sobrevivência digna, etc...

Em um segundo momento, analisarei a importância do papel do imigrante estrangeiro no início da organização sindical brasileira, já que este trazia de outros países a experiência, muitas vezes, mais adiantada e solidificada das lutas do operariado de seus países pela necessária afirmação profissional diante do poder do patrão. Essa experiência anterior trazida pelo trabalhador estrangeiro, foi importante como “catalisadora” do processo de lutas e reivindicações que começava a despertar no operariado nacional.

Em um terceiro momento, abordarei a greve de 1917, importantíssima no movimento operário brasileiro por se tratar da primeira grande greve do país, dos quais participaram operários oriundos de diversos grupos sócio-ideológicos e que traziam consigo não só o desejo de mudar estruturalmente as relações de trabalho, mas principalmente transformar as próprias concepções de sociedade, comunidade e trabalho, o que revela que esta greve foi influenciada diretamente pela Revolução Russa que acabou servindo de reflexo do poder da união das classes trabalhadoras.

Em um quarto momento, tratarei do início de um dos mais importantes partidos trabalhistas brasileiros: o P.C. As lutas sociais no Brasil e as conseqüentes conquistas

dos trabalhadores permitiram a criação de partidos que tinham como principal papel, inclusive em seus estatutos, assegurar os direitos dos trabalhadores. Esta nova representatividade foi fundamental na solidificação da classe, que agora já dispunha de aparatos assegurados por lei e deixava de relegar suas lutas à clandestinidade, nas últimas eleições do período militar em 1982, os governadores passaram a ser novamente eleitos pelo voto direto. Acabava o bipartidarismo e com a volta do multipartidarismo, os brasileiros puderam escolher entre cinco partidos: PTB; PT; PMDB; PDS; e PDT, entre eles três partidos trabalhistas, o que constituía a corrente trabalhista como dominante na realidade dos partidos políticos daquela época. Os trabalhadores estavam agora sendo representados por três partidos trabalhistas diferentes, ou seja, os trabalhadores saíram de uma situação de completa desvantagem no advento do capitalismo, para agora terem a maioria da representatividade no congresso nacional.

Decidi priorizar, em meu estudo, o surgimento do P.C. em detrimento dos três partidos trabalhistas (PTB; PT; PDT) surgidos no início da redemocratização e que, inclusive, desfrutavam do direito legal de exercerem suas funções, por se tratar do primeiro partido trabalhista do qual Djalma Maranhão fez parte, revelando a sua crença na melhoria das condições sociais através da via revolucionária.

2.1 Processo de Industrialização

O processo de industrialização brasileiro desencadeia sua aceleração a partir dos anos de 1870 e 1880, no entanto, já existiam grandes fábricas de tecidos e alimentos em

Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal, que tinham sido inauguradas a partir da década de 1840.

No Brasil, a associação profissional favorável à industrialização surge antes mesmo de existir uma industrialização propriamente dita. A sociedade auxiliadora da indústria nacional, que surge em 1820, provoca nos anos posteriores algum interesse pelas atividades mecânicas, quando esta sociedade se transforma em Centro Industrial do Brasil (1904); a idéia da indústria amplia grandemente.

A classe industrial que nasce sob a égide de organismos centralizados no Distrito Federal, a partir da Primeira Guerra Mundial vê crescerem as entidades estaduais que, pouco a pouco, tomarão a liderança. Até a década de 1920, a indústria local se incorpora às associações comerciais; em 1928 se dá a primeira cisão importante entre a indústria e o comércio, sendo fundado o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo; em 1931 o Centro Industrial do Brasil desaparece e é sucedido pela Federação Industrial do Rio de Janeiro. É só durante o Estado Novo, devido à legislação existente, que se volta a criar um órgão centralizador federal, a Confederação da Indústria, no Rio de Janeiro. Em 1881 a associação industrial lança manifesto onde resume os valores essenciais da indústria nacional como o artigo de Vieira Souto, que mostra os pontos-chaves da luta a favor “das especialidades que são e devem ser produzidas no país”. (EDGAR CARONE, 1977)

O pensamento industrial no Brasil tenta, de início, combater a defesa do livre câmbio que vinha também acompanhada da idéia que o Brasil deveria exportar produtos agrícolas e importar mercadorias manufaturadas, o que inviabilizaria o desenvolvimento da indústria nacional; tenta também implementar no governo a idéia de defender a indústria nacional através de medidas protecionistas, pois desde cedo os nacionais percebem que a organização do sistema e expansão da produção estrangeira são uma ameaça contínua para a produção nacional. Dado que visam conquistar o mercado interno com suas multinacionais.

A partir da década de 1930 a dependência da indústria perante o governo se acentua: com a crise de 1929, os industriais insistem em crédito, moratórias, facilidade de descontos de títulos, revisão do sistema tributário, dumping de mercadorias sob a orientação governamental, controle do horário de trabalho de operários, compra de produtos nacionais pelo governo, redução das tarifas de frete. E por causa dessas reivindicações, em contrapartida, o governo proíbe a importação das máquinas (decreto de 1931 – 1934 e 1939), aumenta as horas de trabalho e praticamente proíbe as dissensões coletivas (1942), diminui impostos, modifica o decreto sobre a nacionalização do trabalho, etc.

Há pontos conflitantes entre governo e industriais como o Tratado de Comércio com os EUA (1935), a organização corporativa (Lei de sindicalização da Carta de 1937), a obrigatoriedade da indústria em instituir o ensino profissional (1939), a lei sobre Lucros Extraordinários (1944), a Lei dos Atos Contrários à Economia Nacional (1945), sem citar o descontentamento da classe industrial devido à implementação de diversas leis sociais do período. E é justamente este ponto – o da questão social – que se traduz no aspecto mais grave de conflito entre o governo e a indústria. Para que esse problema seja analisado de forma mais clara, vamos considerar dois momentos: antes de depois de 1930. (EDGAR CARONE, 1977)

Durante a Primeira República, num momento em que as leis sociais são menos comuns, os industriais com raras exceções, se mostram contrários às reivindicações operárias e às medidas dos governos federal, estadual e municipal: neste instante já se delinea, entre os industriais, toda uma estratégia e ideologia contra a reforma social, fato que persiste após 1930. Na segunda fase, temos simples repetição de argumentos e atitudes dos industriais, só que neste momento, à continuidade da pressão operária se soma uma ação governamental mais concatenada, que é o Ministério do Trabalho.

A classe produtora, na luta contra as leis sociais, tentou, por exemplo, argumentar que antes do problema da regulamentação do trabalho de menores era preciso cogitar “primeiramente do ensino obrigatório, único meio de extirpar o grande cancro social que é o analfabetismo” (EDGAR CARONE, 1977)

Outra hora, atacando o Código de Menores (dezembro de 1926), argumenta que “se, bruscamente, premiados por uma lei, que tem foros de lei social, fomos compelidos a licenciar os menores que trabalham em nossas fábricas, que será das indústrias nacionais, que nasceram ontem e as que têm feito caminho no Brasil a custas de maiores sacrifícios? E que rumos novos poderá tomar na vida a legião de menores, cujo aproveitamento se verifica hoje, sem nenhuma espécie de males para nossa economia, para nossa raça, para a nossa sociedade”. Argumento que volta a se repetir quando se trata da Lei de Acidentes de Trabalho (1919), da Lei de Férias (1926), das Caixas de Seguro Contra a Doença (1926), da Aposentadoria dos Operários; e o mesmo dar-se-á com a série de leis estaduais e municipais. (EDGAR CARONE, 1977)

Após 1930, a resistência ao aumento de salário e a outras medidas a favor do trabalho continua a ser a mesma, agora a pretexto da crise econômica. Na verdade, a crise é o novo argumento, que se soma aos anteriores, entre 1930 e 1945. Só uma vez os patrões se mostram simpáticos ao aumento de salários, é em 1942, neste momento a inflação é tão grande, o custo de vida tão alto, os lucros industriais tão imensos, que, com a queda do poder aquisitivo da população em geral, os proprietários industriais têm a necessidade de adotar medidas paliativas como a do aumento de salário para causar o conseqüente aumento do consumo. Este é um caso singular, porque em momento algum, em qualquer instante em que se discutia cada uma das diversas leis sociais – exemplo é o do salário mínimo -, a indústria, através da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e o Centro Industrial do Rio de Janeiro, nega-se terminantemente a aceitar qualquer reforma social imposta pela

pressão operária ou pela ação do Ministério do Trabalho; o que fazem é protelar ou tentar impor modificações substantivas aos projetos.

Um balanço geral desta época nos leva a verificar uma mudança radical de importância da indústria no contexto brasileiro. Os industriais não têm uma atitude autônoma e não tomam qualquer posicionamento político, é subordinada a classe agrária, conquistando um pouco de independência a partir de 1930, mas por sua vez durante o Estado Novo se liga cada vez mais ao governo, do ponto de vista econômico, a classe industrial sofre mudança radical, a agricultura, dominante até então, sofre o impacto negativo da crise de 1929.

Só a partir da década de 1940 que os resultados surgem mais claros, mas ainda não substituem o sistema agrário. É somente após 1933, quando a indústria começa a se recuperar, que há uma posição de despreendimento e superioridade frente à agricultura, no entanto, um sinal profundo da mudança de situação e do predomínio industrial, que começa a se concretizar durante a Segunda Guerra Mundial, e o fato dos termos *indústria, industrial e empresário*, tornarem-se sinônimo de poder e riqueza.

Ao longo dos anos, vários estudiosos, em especial historiadores e economistas, têm-se dedicado ao estudo da República Velha, pela sua importância no processo de transição do Brasil majoritariamente agrário-exportador para uma fase industrializada e conseqüentemente urbanizada. No decorrer da segunda metade do século XIX, as exportações de produtos primários, em particular do café, alcançaram grande magnitude, como resultado de um super aquecimento da demanda internacional pelo produto brasileiro o que contribuiu também para tal expansão da demanda, a baixa concorrência de outros produtores. Apesar da ênfase no setor agro-exportador, no final do século XIX, a sociedade brasileira já esboçava um movimento bastante perceptível em direção à modernização.

O início desse movimento se deu devido ao crescimento contínuo, embora lento, do mercado interno, principalmente entre 1880-1900, exceto o setor têxtil, que já era portador de alguma expressão, com um razoável nível de mecanização em seu processo fabril desde antes de 1880. De um modo geral, a industrialização se desenvolvia com dificuldades estruturais, técnicas e mesmo financeiras, somando-se a isso as divergências entre patrões e empregados, sempre causadas pela super exploração do operariado, que desde a Primeira República vivia em condições extremamente precárias, o que se traduzia pela carestia do custo de vida, elevação do custo de moradia, baixos salários, longas jornadas de trabalho, insalubridade, elevados índices de acidentes de trabalho, etc... quadro, não por acaso, semelhante com os conflitos entre patrões e empregados nos países que começavam ou já haviam estabelecido seu sistema industrial.

A esse respeito, o jornal O Estado de São Paulo, em sua edição de 1/12/1889, publicou o seguinte registro: “os gêneros de primeira necessidade, carne, feijão e todos os alimentícios têm subido tanto de preço que as classes operárias e pobres estão quase privadas deles”. (PAULA BEIGUELMAN, 1977)

As lutas desenvolvidas pelo trabalhador brasileiro à época parecem indicar que o objetivo maior era o de conquistar a primeira cesta de consumo, numa conjuntura em que mais do que exploração, ocorria uma verdadeira dilapidação da força de trabalho urbano-industrial em formação, sem nenhuma mediação do Estado, no sentido da regulação ou normatização das relações sociais de trabalho. Ao contrário, a presença do aparelho estatal só era percebida para fins de repressão a toda e qualquer forma de movimentos reivindicatórios dos trabalhadores. As repressões eram, e, geral, violentas, com o uso do aparato policial, prisões e até mesmo, de assassinatos. Aliás freqüentemente o assassinato de um deles servia de mote para início de protestos e de greves amplas, arrastando até segmentos pouco mobilizado do conjunto dos trabalhadores urbanos.

O período compreendido entre 1913-17 foi marcado por um refluxo geral do movimento operário e coincide também com a queda dos produtos de exportação, associado com a manutenção de elevado ritmo de importação, desembocando em um *déficit* na balança comercial. Cessa a entrada de capital estrangeiro, juntamente com a remessa de 10 milhões de libras esterlinas para pagamento de dívidas externas. Enfim, era a conjuntura que anunciava a proximidade da I Guerra Mundial e as conseqüências para as classes mais pobres, principalmente para os trabalhadores urbanos, foram drásticas, a começar pela redução de 20% em seus salários reais. Daí, desencadeou-se um desemprego generalizado motivado por falências de muitas empresas e também pela paralisação de obras públicas e demissões em massa no setor público. Coincidindo com essa crise geral da economia brasileira que se arrastou até 1917 ou mais, os movimentos reivindicativos por melhores condições de vida e de trabalho arrefeceram e praticamente desapareceram como movimentos organizados. (PAULA BEIGUELMAN, 1977)

Em 1917, muda a conjuntura internacional, com o advento da Revolução Russa, precedida de um longo período de lutas internas e vitória dos leninistas que combatiam o regime *czarista*, implantando, pela primeira vez, um *Modo Socialista de Produção*, com a estatização dos principais meios de produção, a começar pela terra. O triunfo das classes populares na Rússia, com a conseqüente criação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, parece ter exercido alguma influência em outros países do mundo, inclusive no Brasil.

Influenciada pelo evento soviético, a classe trabalhadora brasileira recuperou muito a sua capacidade de luta e de sua motivação a partir de 1918, tanto que o 1º de maio daquele ano, no Rio de Janeiro, foi completamente diferente. De data tradicional de protestos, transformou-se em dia festivo de solidariedade internacional. Segundo Bóris Fausto, o

período que vai de 1917 até 1920 foi marcado pela retomada do ânimo trabalhista, com mobilizações, protestos e greves.

Estes movimentos eram muito influenciados pelas correntes libertárias, em particular, pelos anarquistas. A repressão vem acompanhada de uma ofensiva ideológica sistemática na sociedade contra as correntes revolucionárias, em especial o anarquismo (BÓRIS FAUSTO, 1977)

As greves deste período foram amplas e universais, isto é, não aconteceram no âmbito de uma empresa, mas no conjunto delas e as lutas operárias visavam obter o seu reconhecimento enquanto classe. O movimento anarquista combatia a ação desregrada do capital e a super exploração da força de trabalho, através de práticas como o desrespeito ao trabalho feminino e infantil, a falta de segurança no trabalho que levava, muitas vezes, a acidentes fatais.

A carência que houve na produção de força de trabalho para o capital durante a Primeira República, foi resolvida, conforme já foi anteriormente mencionado, pela imigração estrangeira. O imigrante chegava ao Brasil já expropriado de todos os seus meios de produção e era facilmente enquadrado nesse processo desordenado e dilapidatório, principalmente por ter dificuldades com o idioma brasileiro, além de desconhecer completamente as leis brasileiras, o que os deixava ainda mais a mercê dos fazendeiros que continuavam influenciados pelo tratamento que davam aos escravos poucos anos antes. No setor urbano, um dos fatores que em muito contribuiu para a inserção e exploração do trabalho feminino e infantil foi o da introdução das máquinas no processo produtivo. A mecanização provocava a destruição do padrão produtivo até então existente e transferia o *saber fazer (know how)* do artesanato, pela produção em larga escala, onde o operário dominava apenas uma etapa da produção. Isto equivalia a uma “desqualificação” da força

de trabalho, pois, a partir desse momento, qualquer pessoa, inclusive uma criança, poderia operar certas máquinas, não havendo necessidade de “qualidades” ou “talentos” específicos.

Foi neste contexto que a chegada da força de trabalho do imigrante resultou em fator positivo, pois ela era portadora de experiências anteriormente vividas em seus países de origem e em particular a Itália.

Aqui no Brasil, a vaga migratória está ligada à abolição da escravatura (1888) e ao auge da demanda internacional pelo café, cujo incremento de produção se deu pelo rápido avanço da fronteira agrícola e por essa produção de força de trabalho no exterior.

Portanto, a grande magnitude das exportações e a instituição de novas relações sociais de produção no campo, a começar pelo colonato, propiciou uma maior circulação monetária no setor que acabaria refletindo-se na ampliação do mercado interno, condição prévia para o estabelecimento das futuras fábricas. A acumulação de capital comercial ocorrida nesse setor cafeeiro permitiu também a transferência de recursos financeiros da agro-exportação para a economia industrial urbana que surgia naquele período.

Foi na segunda metade do século XIX, que ocorreu a mudança técnica do sistema de transportes. Os tropeiros, com as suas caravanas transportavam mercadorias a longas distâncias, no caminho iam deixando “sementes” de cidades à beira de estradas, nos locais onde repousavam. Eles foram cedendo lugar aos primeiros trens e às primeiras ferrovias. Estas, com os seus maquinistas e foguistas, tanto quanto os caminhos dos tropeiros, propiciara surgimento de vilas e povoados, agora, ao redor das estações das estradas de ferro. Como as trilhas dos tropeiros não coincidiam com o traçado das linhas dos trens, muitas vilas e povoados anteriormente formados, entraram em declínio e muitos deles desapareceram. Tornaram-se cidades completamente abandonadas. Outros redirecionaram suas funções, sobreviveram e até mesmo prosperaram. Um destes exemplos é a cidade de Sorocaba, no Estado de São Paulo.

Cada um destes sistemas deixou marcas diferenciadas no espaço, ambos, porém, dando início a um irreversível processo de urbanização. Outras cidades que alcançaram importância até fins do século XIX,, foram as que desempenharam funções portuárias, em especial aquelas que tinham portos fluviais. O advento da ferrovia acabou causando o declínio destes lugares, trazendo também a decadência de cais, mercados, teatros, palacetes, conventos e similares.

Em 1889, às vésperas, portanto, da proclamação da República e no ano seguinte ao da abolição da escravatura, as atividades industriais no Brasil já expressavam uma significativa expansão, lideradas pelo ramo das indústrias alimentícias, as quais, segundo dados de Edgar Carone, acusavam 268 estabelecimentos. Ainda segundo Carone, em 1907 o número de estabelecimentos industriais havia aumentado para 3.210 e, em 1920, para 13.336. (EDGAR CARONE, 1978)

Este avanço rápido no crescimento industrial se deve em grande parte à mudança na conjuntura internacional, por conta da iminência da Primeira Guerra Mundial (1914-18), durante a qual os Países Centrais não conseguiam exportar produtos manufaturados para a América Latina e também porque a demanda por produtos do Terceiro Mundo aumentava muito no mercado mundial. Não se pode perder de vista também a importância do mercado interno brasileiro, já com grande potencial de consumo.

2.2 O Papel do Imigrante Estrangeiro no Operariado Brasileiro

No século passado, devido aos problemas políticos e à pressão econômica e social, apareceram no cenário mundial correntes migratórias que da Europa se dirigiam para as novas áreas, tais como Estados Unidos, Austrália e América do Sul que necessitavam de mão-de-obra e que ofereciam esperanças de uma vida mais fácil e melhor aos imigrantes.

Uma grande parte do contingente migratório do século passado proveio da Itália, onde, devido às condições econômicas, fruto em parte das lutas políticas pela unificação e em parte ainda herança das antigas formas de divisão de terras, abundava a mão-de-obra à procura de uma atividade que lhe permitisse viver melhor, o que constituía para alguns países e em especial para a Itália, uma verdadeira válvula de escape dos trabalhadores que sem perspectivas de melhoria em seu próprio país, partiam em busca de uma melhoria de vida sem perspectiva de retorno ao seu país de origem. Esse proletariado era majoritariamente provindo do campo, o que era bastante apropriado para o Brasil, já que o país enfrentava sérios problemas de mão-de-obra devido a abolição dos escravos em 1850. Em parte, pelo fato dos fazendeiros recusarem-se a pagar trabalhadores que antes eram escravos nas suas fazendas e também pelo fato de o trabalho braçal ser considerado degradante pelos trabalhadores brancos nativos.

Quanto à composição étnica do operariado brasileiro naquela época, tendo em vista que no Brasil, a segunda metade do século XIX foi fértil no que se refere à imigração estrangeira, tanto por causa da exportação cafeeira e também por causa da intensificação da industrialização, houve um natural escoamento e uma forte participação do imigrante estrangeiro na formação da mão-de-obra em ambos os setores.

Nas cidades do Rio de Janeiro e de Santos, concentraram-se mais fortemente os portugueses, enquanto que em São Paulo, predominaram largamente os italianos. Estes procediam diretamente da Itália, ou vinham dos cafezais do interior paulista, onde haviam trabalhado como colonos.

“Segundo o censo de 1893 realizado na capital de São Paulo, os estrangeiros constituíam 54,6% da população total e um índice ainda maior de força de trabalho.

Dos 10.241 trabalhadores classificados como artesãos (...) 85,5% nasceram no

exterior. Na manufatura 79% eram imigrantes; nos transportes e setores afins, 81%; no comércio, 71,6%. Excluindo as pesquisas no setor agrícola, os estrangeiros constituíam 71,2% da força de trabalho total da cidade.” (SHELDON LESLIE MARAN, 1979)

Em 1901, estudos realizados por Antônio Francisco Bandeira e retomados por Aziz Simão, ambos citados por Maran, em São Paulo a mão-de-obra constituída por imigrantes variava entre 80 e 90% do total do setor industrial.

Estes dados indicam um aumento muito grande da participação do estrangeiro no período compreendido entre 1893 e 1901. Na última década do século XIX, foi aquela na qual se verificou a maior entrada de imigrantes no Brasil, tendo sido a única fase em que o Brasil recebeu contingentes maiores do que a vizinha Argentina. É sabido que, a princípio, a maioria dos imigrantes no estado de São Paulo, foi agregada à zona rural, com o objetivo de suprir as necessidades da economia agro-exportadora em expansão e principalmente para substituir a força de trabalho escrava.

Contudo, além dessa massificação no campo, durante a República Velha, a constituição do mercado de trabalho urbano industrial em São Paulo teve hegemonia do imigrante. Da mesma maneira, a sua presença ocupava um lugar proeminente na formação da própria cidade e da vida urbana.

Não esquecendo que havia um preconceito estabelecido entre o contingente formado em relação ao *homem livre nacional*, já que o trabalho braçal ou manual era visto e tido como degradante, próprio do negro escravo. Essa recusa do homem branco, livre, brasileiro, em assumir as tarefas braçais, pressionou o Governo brasileiro a instituir políticas públicas imigratórias, através de uma série de mecanismos políticos e estratégicos destinados a atrair levadas de novos imigrantes, recorrendo, muitas vezes, à propagandas enganosas.

Mesmo nas atividades rurais não-servis, ou seja, fora das fazendas monocultoras, onde cada casa grande possuía suas senzalas, o negro liberto não se deixou atrair por novos empregos. Também havia resistência em inserir-se no mercado de trabalho urbano, sobretudo, na indústria nascente. Ao contrário, freqüentemente o negro optou pela negação ao trabalho, sinônimo de afirmação da sua liberdade. Ainda no que se refere à população negra, é necessário registrar que a sua distribuição geográfica pelo território brasileiro não era homogênea. Poder-se-ia dizer que havia alguns “núcleos” de concentração. Como no Nordeste (litoral e zona da mata), na Baixada de Campos dos Goitacazes e no Vale do Paraíba Fluminense. A cidade do Rio de Janeiro, pelas suas características cosmopolitas, e, também, pela sua localização geográfica entre a Baixada Campista (açucareira) e o Vale do Paraíba (cafeeira), ambos escravagistas, recebeu um expressivo contingente de negros, expressa na sua perceptível presença na formação do povo carioca. (MARIA TEREZA S. PETRONE, 1976)

No que diz respeito às ocupações profissionais, os negros do Rio de Janeiro se concentraram fortemente nas atividades portuárias, tendo disputado posições de liderança em vários momentos, com os imigrantes, seus descendentes e com o *homem livre nacional*. Isto se explica porque no estado do Rio, a economia agrícola não recebeu correntes migratórias expressivas como em São Paulo, e os que lá chegaram, tiveram inserção quase que direta na economia urbana. Mesmo assim, na composição das lideranças sindicais da época, a participação dos imigrantes era muito mais numerosa do que a dos brasileiros, como nos mostra o quadro abaixo:

QUADRO 1 - NACIONALIDADES DOS LÍDERES SINDICAIS NO RIO DE JANEIRO ENTRE 1890 E 1920:

Brasileiros	35
Italianos	24
Portugueses	23
Espanhóis	22
Outras Nacionalidades	15
Total	119

Fonte: SHELDON LESLIE MARAN, 1979.

Os dados acima indicam que 60% das lideranças operárias identificadas eram de estrangeiros, o que retrata a sua maior formação política e tradição participativa comparado aos contingentes nacionais.

Em 1901, a população operária do estado de São Paulo foi calculada em 50.000 pessoas, das quais os brasileiros não chegavam a 10%. No mesmo ano, a população operária na capital do estado era de 8.000, dos quais 5.000 estrangeiros, o equivalente a 60% no total. Os italianos predominavam largamente neste contingente. Enquanto isso, os portugueses e espanhóis, se concentravam mais sensivelmente, nas cidades portuárias do Rio de Janeiro e de Santos. (SHELDON LESLIE MARAN, 1979.)

O que podemos concluir da análise a respeito da nacionalidade dessas lideranças sindicais é que o elemento estrangeiro, originário da realidade europeia efervescente em termos de lutas pelos direitos dos trabalhadores, foi responsável por *contaminar* o ideário do trabalhador nacional, fazendo com que o operário despertasse para a necessidade de uma luta contínua e em conjunto com os milhares de outros trabalhadores, que antes alheios, agora começavam a se identificar como grupo e se conscientizar da necessidade de

organização, participação e construção de uma identidade em comum, mesmo com trabalhadores de outras fábricas, funções ou regiões diferentes.

2.3 A Experiência da Greve de 1917

O movimento operário brasileiro viveu anos de fortalecimento entre 1917 e 1920, quando as principais cidades brasileiras foram sacudidas por greves. Uma das mais importantes foi a greve de 1917 em São Paulo, em que 70 mil trabalhadores cruzaram os braços exigindo melhores condições de trabalho e aumentos salariais. A greve durou uma semana e foi duramente reprimida pelo governo paulista. Finalmente chegou-se a um acordo que garantiu 20% de aumento para os trabalhadores. A ascensão do movimento operário no Brasil naqueles anos finais da década de 1910 relacionava-se diretamente à vitória dos comunistas na Revolução Russa. Vários grupos operários no Brasil e no mundo acreditavam que havia chegado o momento de colocar um fim à exploração capitalista e construir uma nova sociedade. Esse entusiasmo não foi suficiente, no entanto, para que a revolução se disseminasse. (BANDEIRA M., 1967)

Os anos 20, apesar de alguns avanços em termos de legislação social, foram difíceis para o movimento operário, que foi obrigado a enfrentar grandes desafios. O primeiro deles foi o recrudescimento da repressão por parte do governo. A justificativa apresentada era a de que o movimento operário era artificialmente controlado por lideranças estrangeiras radicais que iludiam o trabalhador nacional. O estrangeiro, inicialmente recebido com entusiasmo pelo governo, agora era visto como um agitador inconveniente dos trabalhadores já que estavam mais avançados em termos de lutas sociais em seus países de origem. Por causa disso, foi aprovada no Congresso, em 1921, a Lei de Expulsão de

Estrangeiros que permitia, entre outras coisas, a deportação sumária de lideranças envolvidas em distúrbios da ordem e o fechamento de organizações operárias.

O principal alvo dessa lei eram os anarquistas. A expansão do anarquismo foi rápida nas grandes cidades brasileiras nas primeiras décadas do século XX. Suas propostas de supressão do Estado e de todas as formas de repressão encontraram receptividade entre os trabalhadores naqueles tempos em que o jogo político era exclusividade das oligarquias e praticamente inexistia qualquer proteção ao trabalho. Governo e patrões eram vistos pelos anarquistas como inimigos a ser combatidos a todo custo. Suas idéias eram difundidas por meio de congressos e por uma imprensa própria e, entre outros, destacaram-se como divulgadores do ideário anarquista José Oiticica, Everardo Dias e Edgard Leuenroth. (YARA AUN KHOURY,1981)

As correntes anarquistas dividiam a liderança do movimento operário com outros grupos políticos. Particularmente no Rio de Janeiro, era bastante influente uma corrente política moderada, não revolucionária, interessada em obter conquistas específicas como diminuição da jornada de trabalho e aumentos salariais. Esses grupos preocupavam-se ainda em garantir o reconhecimento dos sindicatos por parte do Estado. Ao contrário dos anarquistas, atuavam no espaço político legal apoiando e lançando candidatos. E eram, obviamente, muito mal vistos pelos grupos revolucionários. A partir de 1922, outra corrente se definiu dentro do movimento operário: a dos comunistas. Naquele ano, embalados pela criação do primeiro Estado socialista na Rússia, militantes brasileiros fundaram o Partido Comunista do Brasil (PCB). Entre os fundadores estavam ex-lideranças anarquistas como Astrojildo Pereira e Otávio Brandão. Ao contrário dos anarquistas, que viam o Estado como um mal em si, os comunistas o viam como um espaço a ser ocupado e transformado. Essas concepções os levaram, seja na ilegalidade, seja nos breves momentos de vida legal, a buscar aliados e participar da vida parlamentar do país.

Uma liderança que os comunistas tentaram atrair em 1927 foi Luís Carlos Prestes, que naquele ano se exilou na Bolívia. Através do Bloco Operário Camponês (BOC), sua face legal, o PCB elegeu dois vereadores para a Câmara Municipal carioca em 1928: o operário Minervino de Oliveira e o intelectual Otávio Brandão. Todos esses esforços não foram suficientes para produzir uma mudança significativa na vida material do conjunto da classe trabalhadora no final dos anos 20. A legislação aprovada quase nunca era aplicada. Isso ocorria, entre outras razões, porque o movimento operário encontrava-se ainda limitado e restrito a alguns poucos centros urbanos. Apesar disso, não se pode deixar de reconhecer que foi na década de 1920 que o movimento operário brasileiro ganhou maior legitimidade entre os próprios trabalhadores e a sociedade e começou a se transformar em um ator político que iria atuar com maior desenvoltura nas décadas seguintes.

O melhor exemplo de como os trabalhadores do início do século começaram a sua caminhada rumo a transformação de sua condição operária, submissa diante dos desmandos dos Patrões e das omissões do Governo foi a greve de 1917, considerada pela historiografia como a Primeira Greve Geral do Brasil, foi organizada pelos anarquistas de São Paulo e iniciou-se em 09 de julho, com uma manifestação popular que culminou na morte do operário Gimenez Martinez. A greve teve reflexos em outras cidades. Em Sorocaba o movimento teve início no dia 16 de julho de 1917. Cerca de 10 mil operários participaram da greve, apoiados pelos trabalhadores do comércio, que cerraram suas portas, e dos trabalhadores dos bondes que aderiram à greve e ficaram paralisados. O movimento grevista foi deflagrado pelos operários da fábrica de Tecidos Nossa Senhora da Ponte, que rumaram às sete horas até a fábrica Santo Antônio. Chegando lá arrombaram o portão da empresa e após algumas deliberações conseguiram a adesão dos funcionários daquela empresa. Essas deliberações foram necessárias, pois os operários da Fábrica Santo Antônio haviam recebido aumento em junho e por isso estavam indecisos em participar da greve. Da fábrica

Santo Antônio os operários dividiram-se em grupos, rumando para as oficinas da Sorocabana Railway (Estrada de Ferro Sorocabana) e para a Fábrica de Chapéus Souza Pereira, concomitantemente, as costureiras e outros funcionários aumentaram o contingente de grevistas. Às 8 horas os trabalhadores da Fábrica de Tecidos Santa Maria, que haviam recebido aumento, foram liberados pelo gerente Eugênio Mariz de Oliveira. Às 9 horas, os trabalhadores da Fábrica de Tecidos Santa Rosália, aderiram, logo depois os da Fábrica de Estamparias São Paulo, seguidos pelos da Fábrica de Arreios Ferreira & Cia., da Fábrica de Calçados Soares, da Fábrica de Tecidos Votorantim e, finalmente, os da Fábrica de Calçados Fausto (que no mesmo dia anunciou aumento de salários). (YARA AUN KHOURY,1981)

O desencadeamento da paralisação do trabalho se alastrou por todo o Estado de maneira tão rápida e alarmante, que o governo mesmo com todo o aparato dos seus órgãos de repressão brutal, não conseguiu debelá-lo, pelo contrário, deu aos trabalhadores maior vigor e desejo de vingança popular, a gravidade da situação fez com que o delegado Lima de Camargo solicitasse o auxílio da Força Federal destacada de Ipanema, comandada pelo capitão Hermes Alincourt da Fonseca; bem como a Linha de Tiro 369, cujos atiradores, sob o comando do sargento Antônio Pereira de Carvalho, encarregaram-se da Cadeia e do quartel. Pressionado pelos grevistas, o Secretário de Justiça, Sr. Elói Chaves, aceitou a interferência da Comissão de Imprensa da Capital, que, articulando-se com os delegados do Comitê de Defesa Proletária da Capital, e depois de acertadas todas as garantias para o comparecimento em Palácio dos representantes do operariado, lançaram em ata resoluções com reclamações e exigências dos trabalhadores.

O documento apresentado foi lido na presença dos senhores industriais e de todas as personalidades governamentais reunidas solenemente. Os representantes das ligas operárias, das corporações em greve e das associações político-sociais que compõem o Comitê de

Defesa Proletária, reunidos na noite de 11 de julho, depois de consultadas as entidades de que fazem parte, exigiram que fossem postas em liberdade todas as pessoas detidas por motivo de greve; que fosse respeitado do modo mais absoluto o direito de associação para os trabalhadores; que nenhum operário fosse dispensado por haver participado ativa e ostensivamente no movimento grevista; que fosse abolida de fato a exploração do trabalho de menores de 14 anos nas fábricas, oficinas etc.; que os trabalhadores com menos de 18 anos não fossem ocupados em trabalhos noturnos; que fosse abolido o trabalho noturno das mulheres; foi exigido um aumento de até 35% proporcional ao que os trabalhadores já ganhavam; que o pagamento dos salários fosse efetuado pontualmente, a cada 15 dias, e, no mais tardar, 5 dias após o vencimento; que fosse garantido aos operários trabalho permanente, com uma jornada de oito horas e semana inglesa; e, finalmente, um aumento de 50% no pagamento feito por todo trabalho extraordinário. (PAULA BEIGUELMAN, 2002)

Além disso, que, particularmente se refere às classes trabalhadoras, o Comitê de Defesa Proletária, considerando que o aumento dos salários, como quase sempre acontecia, pudesse vir a ser frustrado por um aumento - e não pequeno - no custo dos gêneros de primeira necessidade, e considerando que o mal-estar econômico daquela época, por motivos e causas diversas, fosse sentido por toda a população, sugeriu algumas outras medidas de caráter geral, como por exemplo, que se barateassem imediatamente os gêneros de primeira necessidade, com o cuidado de que os preços, devidamente reduzidos, não pudessem ser alterados pela intervenção dos açambarcadores que acumulavam mercadorias em grande quantidade para provocar a sua falta no mercado e depois vendê-las por preço elevado; e ainda mais, se fosse necessário, que houvesse a requisição de todos os gêneros indispensáveis à alimentação pública, impossibilitando, assim, o domínio da especulação; que fossem postas em prática medidas imediatas para impedir a adulteração e falsificação dos produtos alimentares, prática largamente exercida por muitos industriais, importadores e

fabricantes daquela época; que os aluguéis de algumas casas, com taxas consideradas muito elevadas fossem reduzidos em 50%, e que não fossem despejados por falta de pagamento os inquilinos das casas cujos proprietários se opusessem àquela redução.

A situação em São Paulo se tornou tão crítica que os industriais depois de, inicialmente, rejeitarem as propostas dos operários, acabaram assumindo perante o Comitê de Jornalistas o compromisso de manter a concessão feita, de vinte por cento sobre os salários em geral; de afirmar que não fosse dispensado nenhum operário que tivesse tomado parte na greve; de declarar que respeitarão absolutamente o direito de associação dos seus operários; de efetuar os pagamentos dos salários dentro da primeira quinzena que se seguir ao mês vencido; e até concordaram em acompanhar as iniciativas que fossem tomadas no sentido de melhorar as condições morais, materiais e econômicas do operariado de São Paulo.

Por outro lado, o Governo também se comprometeu a assegurar alguns direitos dos trabalhadores tomando medidas como pôr em liberdade, imediatamente, todos os indivíduos presos por motivos estritamente relativos à greve, isto é, excetuando apenas os que fossem réus de delito comum; comprometeu-se também a reconhecer o direito de organização dos trabalhadores, quando exercido dentro da lei e não sendo contrário à ordem pública; a redobrar os esforços para que fossem cumpridas com rigor as disposições de lei relativas ao trabalho dos menores nas fábricas; a fazer com que o poder público tomasse as devidas providências pelos meios em seu alcance, para que fossem estudadas e votadas medidas que defendessem os trabalhadores menores de idade e as mulheres no que se referia ao trabalho noturno; a estudar de imediato as medidas viáveis com o intuito de minorar o estado de encarecimento da vida, procurando exercer a sua autoridade, legalmente, junto do grande comércio atacadista, de modo que fosse garantido aos consumidores um preço razoável para os gêneros de primeira necessidade; o poder público comprometeu-se, ainda, a pôr em

execução medidas urgentes para impedir a adulteração e falsificação dos gêneros alimentícios.

O fato é que no dia 19 de julho de 1917 a greve em Sorocaba, onde tinha sido desencadeada, estava encerrada. O vice de Hermes da Fonseca, o mineiro Wenceslau Braz, foi eleito em clima de grande tensão. O principal líder político do governo anterior, o senador gaúcho Pinheiro Machado, isolado pela oligarquia paulista, desistiu de sua candidatura. Foram anuladas as pretensões de poder da oligarquia do Rio Grande do Sul. A eleição de Braz foi consequência da reaproximação de lideranças do PRP (Partido Republicano Paulista) e do PRM (Partido Republicano Mineiro), ressuscitando a tradicional política café-com-leite. Os dois partidos possuidores de poderosas máquinas político-eleitorais controlaram completamente o processo político em seus Estados. Pelo isolamento que ficou relegado durante a gestão de Fonseca, Wenceslau Braz recebeu da imprensa o apelido de o "solitário de Itajubá". A gestão de Braz foi marcada pela forte repressão aos movimentos contrários ao governo republicano em diferentes regiões do país, como a campanha do Contestado no Paraná, a rebelião militar no Rio e as greves operárias em São Paulo.

Pela primeira vez em sua história, o país enfrentou uma greve geral do operariado, em 1917, contra as condições de trabalho, a carestia e o desemprego. Na época, trabalhava-se 15 horas nas oficinas desses periódicos. As cidades do período de Wenceslau Braz já possuíam bairros operários consolidados, formados ao redor das fábricas, que seguiam geralmente o traçado das ferrovias, como em São Paulo na Lapa e Água Branca (zona oeste), no Bom Retiro, Bexiga e Barra Funda (centro), no Cambuci, Ipiranga e Vila Prudente (zona sudeste) e no Brás, Mooca, Belenzinho e Pari (zona leste), em certos subúrbios do Rio de Janeiro, como Bangu, além de Gamboa, São Cristóvão, Gávea, Tijuca, Laranjeiras, Recife, em São José e Afogados.

Depois destes dias, São Paulo não seria mais a mesma. A paisagem urbana havia mudado com a entrada em cena de um novo personagem – o proletariado. Contudo, embora os acontecimentos de julho de 1917 tenham representado uma das maiores lutas do proletariado brasileiro, apresentou também as suas limitações. Pouco a pouco todas as conquistas da greve foram sendo retiradas. As perseguições e prisões dos principais líderes não só continuaram como aumentaram, Ricardo Antunes nos dá pistas das causas desse recuo:

“(…) é um fato que a natureza e o volume das vitórias alcançadas não estavam em proporção com o vulto e a extensão do movimento geral. Mais ainda – as reivindicações formuladas, por aumento de salários, por melhores condições de trabalho, etc..., constituíam como que um fim em si mesmo, e não um ponto de partida para reivindicações crescentes de nível superior. É que na realidade se tratava de lutas mais ou menos espontâneas, isoladas umas das outras, sucedendo-se por força de um estado de espírito extremamente combativo que se generalizava entre as massas. (...) Faltava, porém, um centro organizador, um comando geral à altura das circunstâncias, em suma, uma direção política, que só um partido independente de classe poderia imprimira todo o movimento. Em tais condições, era inevitável que ao cabo de algum tempo, quebrado o ímpeto combativo das massas, pudesse a reação patronal e governamental retomar a iniciativa e desencadear uma onda de terror visando à liquidação do movimento Revolucionário.” (RICARDO ANTUNES, 2003)

Dentre os muitos fatores que contribuíram para a não-consolidação dos direitos conquistados neste período está o fato de o anarquismo, movimento que deu início a greve, ser a força hegemônica no setor combativo do movimento sindical brasileiro. Devido aos

preceitos de auto-gestão do indivíduo, seus integrantes recusavam-se a organizar os operários de forma mais centralizada, negavam a necessidade do proletariado se organizar enquanto partido, para travar a luta política contra a burguesia e o Estado. Esta concepção da luta operária os prendia, fundamentalmente, aos marcos da luta estritamente econômico-corporativa. Questões chaves, como ampliação da democracia (eleições livres, voto secreto, direito de voto aos analfabetos, mulheres e estrangeiros residentes no país, legalização dos partidos de esquerda), reforma agrária, passavam ao largo das reivindicações anarquistas. Se por um lado, a greve de 1917 representou o ápice do anarquismo no movimento operário brasileiro; por outro, mostrou todas as suas limitações, que em pouco tempo acabariam por reduzir e mesmo eliminar sua influência. A revolução russa de outubro de 1917 mostrou um outro caminho: o da organização do proletariado enquanto partido político independente. A consequência da greve geral de 1917 – e de outros embates que se seguiram naqueles anos no Brasil e no mundo – foi a fundação do Partido Comunista do Brasil, ocorrido em março de 1922. Este foi o marco da crise geral do anarquismo no país e início de uma nova fase na história da luta dos trabalhadores brasileiros.

2.4 Criação do Partido Comunista do Brasil (P.C.)

O meio proletário brasileiro, mal saído da escravidão, vivia praticamente alheio às ideologias políticas que agitavam o proletariado europeu. Foram os imigrantes latinos que trouxeram o germe anarquista e o difundiram na sociedade brasileira, mais intimamente nas classes operárias, não só devido a sua avançada participação política nos países de onde imigraram, mas também por encontrarem no Brasil, cenário semelhante ao que viviam em sua pátria natal no que se refere à sua condição social.

Muito numerosos eram os periódicos anarquistas que circulavam desde 1890 até o fim da Primeira Guerra Mundial, principalmente os que eram editados no Rio de Janeiro e em São Paulo, muitos deles dirigidos por estrangeiros e alguns até mesmo redigidos em italiano.

A vertente socialista era claramente dominada pela influência anarquista tanto quanto a anti-clerical. Contra a predominância da vertente anarquista, alguns líderes lutavam tentando afirmar e fortalecer uma forma de socialismo mais construtivo e orgânico. Um dos primeiros e, por isto mesmo, mais interessantes trabalhos da literatura socialista brasileira é um pequeno livro de Gustavo de Lacerda, publicado em 1901 e que traz, como subtítulo, as palavras “Propaganda Socialista”. (AFONSO ARINOS, 1980)

É interessante notar que, nesta época, o autor ainda estava longe do comunismo marxista, o que é natural, pois naquela época é que a vertente estava começando a tomar sua feição moderna, graças à ação da geração russa de Lênin. Lacerda procura, embora cite Karl Marx, distinguir marxismo de comunismo e se manifesta contra as greves, pois, as considera prejudiciais ao operariado. Em um dos trechos, Lacerda defende ter compreendido a necessidade de se desprender o proletariado brasileiro da tradição anarquista e caminhar rumo a um socialismo organizado, como faziam as classes operárias dos mais adiantados países da Europa.

Um ano depois do lançamento deste livro, mais precisamente em maio de 1902, reúne-se em São Paulo o congresso de fundação do Partido Socialista do Brasil. Antes desta tentativa, já tinha havido outras, também em São Paulo, mas com menores ambições. Nelas não se visava à fundação de um partido, mas de simples centros socialistas.

Em 1896, surgiu um desses centros e em 1900 surgiu também um Clube Democrático – Socialista, do qual participaram Francisco Escobar e Euclides da Cunha. No programa do partido incluíam-se o voto feminino, o direito de greve, a aposentadoria para

os velhos e incapazes, justiça e instrução primárias gratuitas, dia de oito horas e semana inglesa para o trabalho, o imposto proporcional sobre a renda, o direito de naturalização com um ano de prazo, a abolição dos impostos indiretos.

Algumas medidas eram bem mais ambiciosas e revolucionárias assim como a extinção do exército profissional e formação de um exército popular com armamento do povo, a extinção da herança, o mandato legislativo revogável, a instituição de comissões de fiscalização nas oficinas e nas fazendas, compostas de operários eleitos por seus companheiros de classe. Este primeiro partido socialista teve existência breve. Não disputou eleição alguma. Possuiu apenas um jornal e, ainda assim, redigido em italiano.

A força predominante no movimento operário brasileiro continuava a ser o anarco-sindicalismo de base ítalo-ibérica, até que se verificou, na vida do mundo moderno, a vitória bolchevista, na revolução de 1917.

A Primeira Guerra Mundial tinha trazido certa agitação nas massas operárias dos maiores centros brasileiros. Em São Paulo, no correr daquele ano de 17, antes da revolução bolchevista, houve uma greve operária bastante grave, muito mais séria do que os raros e limitados movimentos grevistas anteriores. Em 1917, os transportes e a indústria paulistanos foram atingidos em larga extensão, levando o governo estadual a negociar e fazer concessões, coisa até então inédita. Foi a partir desse ano, e depois da implantação do bolchevismo soviético na Rússia, que alguns militantes anarquistas e intelectuais de vanguarda começaram a se sentir atraídos pelo comunismo.

Em 1920, reuniu-se no Rio de Janeiro um congresso operário e, em seguida, constituiu-se uma comissão para angariar auxílios destinados à Rússia. Em outubro de 1921 deu-se a ruptura definitiva entre os que continuavam fiéis ao anarquismo e os que passaram a defender a nova doutrina bolchevista. Feriu-se o choque a propósito do fuzilamento, na Rússia, de vários anarquistas. A minoria dos anarquistas posicionou-se contra o governo

soviético, enquanto a maioria que se revelou bolchevista, permaneceu solidária. Foi uma fração desta maioria, composta de doze homens liderados pelo intelectual Astrogildo Pereira, que em 1921 constituiu o núcleo inicial do Partido Comunista. Este grupo foi energeticamente combatido pelos anarquistas, mas o grupo carioca promoveu a organização de outros núcleos semelhantes em alguns outros estados, de maneira que em Março de 1922 aconteceu em Niterói o congresso de fundação do Partido Comunista, com a presença de delegados do Rio, Niterói, São Paulo, Santos, Cruzeiro, Juiz de Fora, Recife e Porto Alegre. (JOSÉ ANTÔNIO SEGATTO, 1981)

O surgimento do partido foi, segundo Nelson Werneck Sodré, “conseqüência necessária do processo de formação da classe operária brasileira e do desenvolvimento de suas lutas. Sua fundação respondeu a uma exigência do movimento operário, que já mostrara, nas primeiras décadas do século XX, a carência de um partido político operário revolucionário”. (NELSON WERNECK SODRÉ, 1980)

O nascimento do PCB, portanto, constituiu uma conseqüência da formação do proletariado e do desenvolvimento de suas lutas no Brasil, que tem início na segunda metade do século XIX, e ocorre em função da implantação da indústria que, por sua vez, será parte de um processo de profundas transformações por que passava a sociedade nacional naquele momento, principalmente em razão do desenvolvimento da economia cafeeira no Rio de Janeiro, sul de Minas e São Paulo, das ferrovias, substituindo o transporte de tração animal, os barcos a vapor, o telégrafo – tudo isto tornava a circulação de mercadorias muito mais rápida e barata. Em todo o país inicia-se um lento processo de modernização da agricultura, a urbanização crescente aumenta o número e o tamanho das cidades. Desenvolve-se o capital bancário e comercial, com a fundação de bancos, casas importadoras, etc... Começam a ser instaladas as primeiras indústrias produzindo tecidos, bebidas, cigarros, velas, chapéus, que vão se modernizando e se multiplicando...

Aos poucos esse processo irá abalar profundamente o modo de os trabalhadores se colocarem na sociedade, por começarem a se reconhecer como peça fundamental para fazê-la funcionar. Para resistir às duras condições de vida e trabalho a que estavam submetidos os trabalhadores começaram a se organizar, primeiro foram as *Associações de Socorro Mútuo*, com fins assistenciais e de ajuda mútua em casos de doença, acidentes, velhice, etc...

Algumas delas começaram a ultrapassar seu caráter assistencialista e começaram a reivindicar melhores condições de vida e trabalho, como foi o caso da Imperial Associação Tipográfica Fluminense que, em 1958, dirigiu a primeira greve de tipógrafos no país exigindo aumento de salários. Com o passar do tempo essas formas de organização primitivas foram se desenvolvendo e evoluindo para a formação das Uniões e Ligas operárias que, por sua vez, deram origem aos sindicatos. Ao lado das organizações sindicais e das lutas econômicas travadas, começam a surgir as organizações políticas. Em 1889, aparece, em Santos o *Círculo Socialista* que elabora o *Manifesto Socialista ao Povo Brasileiro*. Já em 1890, surge no Rio de Janeiro, o *Centro das Classes Operárias*, que faz um movimento pelo direito de greve. No mesmo ano, o *Centro Artístico do Rio de Janeiro* transforma-se no *Partido Operário*. Em 1892, é realizado o I Congresso socialista, no Rio de Janeiro, tendo como resultado a fundação do primeiro *Partido Socialista Brasileiro*, que, entretanto, tem vida efêmera. Em 1897, é lançado um novo manifesto de um outro *Partido Socialista*, agora no Rio Grande do Sul. E depois em 1902 surge o segundo *Partido Socialista Brasileiro*, resultado de um congresso de operários que reuniu mais de 30 organizações, outros surgirão depois, embora tenham todos uma pequena sobrevida. (BANDEIRA M., 1967)

O partido organizou-se legalmente, tendo sido inscrito de acordo com o Código Civil, mas com a morte de Rodrigues Alves, o problema da sucessão presidencial tornou-se

agudo. A revolta de Copacabana levou o governo a enérgicas medidas repressivas, em consequência o Partido Comunista cai na ilegalidade. Nos primeiros anos de vida, o partido comunista foi uma organização política de cúpula, com pouco contato com a massa proletária. Era de poucas ações no seio dos sindicatos, sua presença era mais sentida na imprensa partidária. Publicou “O Movimento Comunista” ou “A Voz do Povo” jornais de publicação efêmera que antecederam o jornal mais influente do partido, publicado inicialmente em 1925.

No mesmo ano, em maio, reuniu-se no Rio o 2º Congresso do partido, entrando posteriormente no governo de Washington Luiz, com publicações e reuniões não-clandestinas. Em 27 promoveu a reunião de um Congresso Sindical e organizou o chamado Bloco operário e Camponês, disputando as eleições para o Conselho Municipal do Distrito Federal, tendo conseguido eleger, pela primeira vez, dois representantes. Em Dezembro do mesmo ano, como emissário da direção do partido, Astrogildo Pereira vai à Bolívia encontrar-se com Luis Carlos Prestes que já tinha tido contato com militantes do partido devido à passagem de sua coluna revolucionária por Pernambuco. A partir de 1930 o partido começou priorizar a luta pelos direitos dos trabalhadores, opôs-se a Aliança Liberal e à Revolução de 30 posicionando-se contra a Democracia Burguesa, expulsou antigos dirigentes do partido por considerá-los oportunistas e pequeno-burgueses. Em 1934, Luis Carlos Prestes, regressando da URSS, entrou para o Partido Comunista do Brasil. Em 1935 é fundada a Aliança Nacional Libertadora, ampla organização de caráter popular, que era orientada pelo Partido Comunista.

Em Julho do mesmo ano, a ANL é dissolvida e os comunistas iniciam a tomada do governo através de um golpe. Fracassado o golpe, a repressão aumentou até que a democracia fosse suprimida no golpe de 1937.

No final de 1943 o movimento de oposição à ditadura era bastante claro e forte, a luta foi assumida abertamente por alguns intelectuais, políticos, fazendeiros, e profissionais de Minas Gerais que chegaram a publicar o “Manifesto Mineiro”. Assim que a resistência espalhou-se por todo o país, formou-se a União Democrática Nacional, que, em 1945, lançou a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes. Em Setembro de 1945, nos termos da lei vigente (decreto lei nº 7.586, de 28/5/1945), o Partido Comunista requereu ao Tribunal Superior o seu registro que foi concedido provisoriamente inicialmente e depois em 10 de Novembro foi aceito em caráter definitivo, não sem algumas restrições, como cassação do registro caso fosse constatado algum tipo de interferência estrangeira no Partido fosse em forma de contribuições financeiras ou orientações político-ideológicas, ou ainda, em caso de ameaça à democracia (como a instituição de um partido único) e as liberdades individuais do cidadão livre. (AFONSO ARINOS, 1980)

O PC do B voltou a funcionar na legalidade somente em 1985, durante o governo de José Sarney.

3 A RELAÇÃO ENTRE DJALMA MARANHÃO E O TRABALHISMO

Neste capítulo tratarei três aspectos: em um primeiro momento, do começo das lutas sindicais no Rio Grande do Norte que por ter historicamente um vasto movimento sindical possibilitou o surgimento de lideranças trabalhistas oriundas das classes que originalmente não possuíam representatividade política.

Posteriormente tratarei mais especificamente da biografia de Djalma Maranhão, no segundo momento discorrerei sobre sua vida pessoal, suas aspirações ideológicas, na tentativa de compreender um pouco melhor as motivações pessoais que o levaram em direção às escolhas políticas que fez.

Em um terceiro momento, priorizarei a trajetória política de Djalma Maranhão, os aspectos das correntes trabalhistas que evidentemente o influenciaram e marcaram a sua passagem pela história política do Estado, pois para tentar compreender melhor a relação entre as atitudes políticas de Djalma e o impacto que as correntes trabalhistas exerceram em sua vida, é importante analisar sua atuação pelos três partidos em que militou, para isso, preferi não me deter em descrições detalhadas sobre os cargos que Djalma ocupou, nem sobre as posturas que adotou enquanto administrador, ou até mesmo motivações que o levaram a fazer alianças e se desligar de partidos, pois quero priorizar as ações em que fica evidente suas aspirações trabalhistas.

3.1 A Luta Sindical no Rio Grande do Norte

O despertar do ideal nacional para a organização das classes trabalhadoras em associações por categoria profissional, nasceu com a revolução de 1930, pois constava da plataforma de governo da Aliança Liberal de 02.01.30 e o Rio Grande do Norte, como parte

do contexto do país não podia fugir à regra. Até então, com exceção dos barceiros e estivadores as demais categorias praticamente não existiam. Nos portos de Macau e Areia Branca há relatos de que o embarque de mercadorias muitas vezes feito às três horas da manhã eram frequentemente interrompidos por choques violentos entre polícia e trabalhadores, o que resultava quase que semanalmente em prisões, mortos e feridos. Contudo, mesmo nesse clima de dúvidas e inseguranças, as classes trabalhadoras conquistaram do governo o seu compromisso de plataforma administrativa e na constituição de 1934 era incluído o direito de representação classista nas assembléias legislativas e o Rio Grande do Norte ganhou seu primeiro deputado vindo diretamente da luta operária na pessoa de Pedro Felipe Sobrinho, líder dos barceiros, e José Amaro de Souza, líder dos estivadores, como suplente, ambos eleitos pelo voto secreto das assembléias conjuntas das duas classes organizadas, dos dois portos e assim abriam-se as portas para a organização sindical por categoria profissional. Embriões do Sindicato que em 1941, segundo o registro expedido pela Delegacia Regional do Trabalho relaciona por categoria profissional e econômica de acordo com as normas estabelecidas pelo artigo 577 da C.L.T., as associações profissionais da indústria, comércio, transportes, trabalhadores autônomos, profissionais liberais, que já somavam mais de 150 associações registradas no Rio Grande do Norte (GERALDO SABINO DE OLIVEIRA, 1985).

É justamente o crescente surgimento desses agentes, oriundos dos sindicatos que permitiu a formação de um contingente significativo de lideranças, que ganhou força e conseqüentemente a ocupação de espaços institucionais importantes para a política do Rio Grande do Norte. Foi justamente a luta sindical que traçou caminhos para a ocupação de cargos representativos como o de deputado estadual por Floriano Bezerra, presidente do Serviço Social dos Trabalhadores na Indústria do Sal, e até mesmo o posto de Prefeito de

Natal conquistado por Djalma, o que fez com que a prefeitura de Natal tenha se tornado um pólo centralizador da luta sindical do Rio Grande do Norte.

3.2 Histórico Pessoal de Djalma Maranhão

Djalma Maranhão nasceu em Natal em 27 de Novembro de 1915 no bairro do Tirol. Era neto de Felismino de Albuquerque Maranhão, um senhor de engenho localizado em São José de Mipibú e filho de Luiz Ignácio de Albuquerque Maranhão, proprietário da Fazenda São Pedro no município de Pedra Preta, e Salomé de Carvalho Maranhão, pertencia, portanto, a uma das mais poderosas oligarquias potiguares, a oligarquia *Albuquerque e Maranhão* grande latifundiária do Estado. Foi casado com Daria Cavalcanti Maranhão e teve três filhos: Ana Maria, Lamarck e Marcos. Seu irmão Luiz Ignácio Maranhão Filho, ex-Deputado Estadual do Rio Grande do Norte e membro do Comitê Central do PCB, é desaparecido político desde abril de 1974.

Djalma foi professor de Educação Física do Colégio Estadual do Ateneu Norte-riograndense, foi esportista (boxeador e árbitro de futebol), na prefeitura prestigiou o esporte incentivando clubes e atletas, além de ter sido cabo do exército no período da Intentona Comunista de 1935. Fazia parte da intelectualidade natalense, era considerado um bom orador, investiu nas artes quando prefeito promovendo vários congressos sobre folclore, Praças de Cultura, Feira de Livros, Palácio dos Esportes, Bibliotecas Públicas, Galerias de Arte, Conchas Acústicas. Todos os anos no período de Natal, Ano Novo, Festa de Reis e São João, mandava armar palanques no centro da cidade e bairros mais distantes para exibição de conjuntos folclóricos, patrocinados pela prefeitura com o intuito de garantir a perpetuação de danças e cantigas e expressões da cultura popular. O interesse de Djalma pela cultura é evidente:

“Dessa forma a cultura popular foi um dos pontos altos da sua movimentada administração, convidados que eram artistas renomados de outros Estados brasileiros e alguns estrangeiros.” (JURANDYR NAVARRO, 2004)

Djalma trouxe a Natal grandes nomes da cultura nacional como Jorge Amado, Paulo Freire, Mauro Mota, etc..., para este investimento cultural obteve grande ajuda da pessoa e dos estudos do historiador Câmara Cascudo sobre quem chegou a publicar um livro: "Cascudo – Mestre do Folclore Brasileiro" em 1963.

Também teve ampla atuação como jornalista chegando a ser fundador e diretor de alguns jornais do Estado, além de Presidente da Associação Norte-Rio-Grandense de Imprensa. Segundo Leonardo Arruda Câmara, "a imprensa foi a grande vocação". Foi revisor, repórter esportivo, repórter político, redator, secretário de redação, editorialista, diretor e proprietário de jornais, percorreu na carreira de jornalista muitos postos e funções. Fundou o "Monitor Comercial", o "Diário de Natal" e a "Folha da Tarde". Foi diretor e proprietário do "Jornal de Natal". Como escritor, publicou "O Brasil e a Luta Anti-Imperialista", pelo Departamento de Imprensa Nacional, edição da Frente Parlamentar Nacionalista, no Rio de Janeiro, em 1960, e finalmente o referido livro sobre Cascudo em 1963. Tem também uma obra póstuma chamada "Carta de um Exilado". (LEONARDO ARRUDA CÂMARA, 1991)

Da formação de Djalma podemos inferir que seu interesse pelo jornalismo, o conhecimento que tinha sobre as dificuldades da cidade, principalmente sabendo que a sua atitude de fundar no início da Segunda Guerra Mundial o jornal "O Diário", juntamente

com Aderbal de França, Rivaldo Pinheiro e Romualdo Carvalho, estava diretamente ligada ao ato de denunciar e lutar contra o nazi-fascismo de Hitler e Mussolini, (MOACYR DE GÓES, 2000) o que demonstra que ele queria ser um porta-voz dos problemas do povo do Rio Grande do Norte, ao mesmo tempo podemos perceber que Djalma estava em consonância não só com os problemas mundiais, mas estava buscando caminhos, como a tentativa de alfabetização das classes mais pobres através da “Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler” ou ainda com a menos famosa “Campanha de Pé no Chão Também se Aprende uma Profissão”, de aplicar em sua terra Natal as idéias comunistas que o *marxismo-leninismo* tinham lhe inspirado.

Também podemos perceber sua indignação com a entrada do capital estrangeiro para desenvolver a indústria nacional, dado seu empenho na campanha: “o petróleo é nosso!” e sua profunda preocupação com a preservação da nossa cultura, dada a atenção que deu às artes, até mesmo no seu contato com o folclorista Câmara Cascudo. Esse interesse pela preservação da cultura e defesa do patrimônio brasileiro era traduzido num nacionalismo que o marcaria até na sua recusa de aprender espanhol no período em que esteve exilado em Montevideu e mais ainda na seguinte declaração:

“Atualmente os entreguistas afirmam que não temos condições para fazer o desenvolvimento nacional, sem a ajuda do capital estrangeiro. A técnica é a mesma. Temos. Nenhum país do mundo atingiu sua emancipação industrial com a ajuda do capital estrangeiro. Precisamos é ter vergonha na cara e mandar para a cadeia os traidores a serviço dos trustes.” (MOACYR DE GÓES, 2004)

Djalma Maranhão é frequentemente descrito como um homem simples, inteligente e sensível às dificuldades das parcelas mais pobres da população, além de completamente inflexível quanto aos seus pontos de vista, o que leva Jurandyr Navarro a descrevê-lo como sendo “Do tipo psicológico temperamental, jamais levou desaforo para casa.”, o que nos ajuda a entender algumas atitudes extremadas que adotou na sua passagem por algumas correntes políticas do Estado (NAVARRO, 2004). Era tido, também, como um homem esforçado que procurava, inclusive, a ajuda de outras experiências na tentativa de implantar em Natal políticas sociais que foram bem sucedidas em outros países, sua viagem a Cuba em 24 de Abril de 1961 é exemplo disto. Em 04 de junho do mesmo ano, integrou a delegação brasileira que participava do Congresso Mundial de Autoridades Sociais realizada nos E.U.A. Ainda em 1961, entre 06 e 22 de Novembro foi à Brasília a convite da Associação Brasileira de Municípios e a Associação Paulista de Municípios para resolução de questões comuns aos municípios brasileiros. Em outubro de 1962, esteve no IX Congresso Internacional do Município em Punta Del Leste no Uruguai. Em Março de 1963 participou do VI Congresso Brasileiro de Municípios no Paraná. Esses registros demonstram uma preocupação clara com os problemas colocados pela constituição de 1946, no âmbito municipal, bem como a procura de conhecimentos que pudessem subsidiar a ação pública que constava em seu programa de governo (ELDA BRANDÃO, 1997).

Com o golpe de 1964, foi deposto da Prefeitura de Natal, cargo que tinha conquistado através da nomeação do governador Dinarte Mariz (em decorrência da aliança UDN-cafeístas), foi preso em quartéis do Exército em Natal e teve seu mandato cassado. Levado preso para Recife, acabou sendo transferido para a prisão de Fernando de Noronha. Somente foi libertado em fins de 1964 por ordem do Habeas Corpus do

Supremo Tribunal Federal em dezembro de 1964, após publicar um manifesto na imprensa do Rio de Janeiro: “O General Fome está nas Ruas” (SÉRGIO VILAR, 2006)

Partiu para o exílio no Uruguai, sendo Julgado à revelia e condenado a 18 anos de prisão. Djalma Maranhão faleceu no exílio em Montevideu em 30 de Julho de 1971, vítima de uma parada cardíaca, aos 56 anos de idade, seus restos mortais estão no cemitério do Alecrim.

3.3 O Papel do Trabalhismo na Trajetória Política de Djalma Maranhão

A primeira corrente trabalhista com a qual Djalma teve contato foi aquela defendida pelo Partido Comunista (P.C.), ele juntou-se ao P.C. por volta de 1930 e atuou no partido até 1946 quando foi expulso de seus quadros. Ele participou ativamente da Intentona Comunista em 1935, exercia a função de Cabo do Exército na época, e acabou sendo preso. O PCB era um partido político ideologicamente baseado em Marx e Engels; e de organização baseada nas teorias de Lênin. Em sua “Carta Aberta ao Povo e ao Proletariado do Rio Grande do Norte” onde dava explicações referentes à sua saída do partido, Djalma ressalva:

“politicamente nasci e formei a minha mentalidade dentro do movimento obreiro nacional (...), depois de uma completa e serena autocrítica continuo a crer na vitória do socialismo, convicto de que somente a dialética marxista-leninista libertará as massas da opressão e da fome, através da socialização dos meios de produção e da entrega da terra aos camponeses.” (ANCHIETA FERNANDES, 2006)

Esse embasamento ideológico demonstra que para Djalma não era suficiente a mudança de governo, nem tampouco sua chegada a ele, a concepção de que era preciso mudar completamente o próprio sistema em que vivia, demonstra um projeto muito mais grandioso para o Brasil e para a sociedade como um todo. É uma consonância evidente com o pensamento de Luís Carlos Prestes, que em elogio à frase do Presidente Luís Inácio Lula da Silva: “não basta aumentar o salário, é preciso mudar o regime”, defendia uma transformação profunda da sociedade, que passava não só por melhorias das condições de trabalho, mas até mesmo por uma reformulação das concepções de trabalho existentes. (PAULO MARKUN, 2005).

Através do contato com o P.C., Djalma se convence de que somente a ação consciente para a mudança e estabelecimento de um novo regime pode resultar na melhoria das condições de trabalho e vida das classes trabalhadoras e só através dessa ação será possível a melhoria da sociedade como um todo, permitindo que as classes operárias possam tomar o rumo de suas próprias vidas, o que as permitiria viver condignamente, concepção que é premissa fundamental das idéias marxistas-leninistas.

Após sua expulsão do Partido Comunista, Djalma constitui seu próprio partido, na legenda do Partido Trabalhista Nacional (P.T.N.), que era um partido composto à base de lideranças sindicais, estudantis e de militâncias sintonizadas com a democracia, o socialismo, a liberdade, o nacionalismo e a luta anti-imperialista.

Pelo P.T.N. conseguiu se eleger prefeito em 1960, cargo que assumiu em 61, foi o primeiro prefeito eleito de Natal com 60% dos votos (ALEXANDRE ALBUQUERQUE MARANHÃO, 2006).

Sua atuação vai se caracterizar, principalmente, por dois aspectos: primeiro, um caráter nitidamente ideológico, com seu profundo nacionalismo, defendia uma luta aberta contra o imperialismo. Segundo, a participação direta e espontânea do povo, em seus segmentos mais pobres. Dentro dessa postura, foram criados os Comitês Nacionalistas, cuja importância foi ressaltada por Moacyr de Góes: "a organização da campanha se fez em função dos Comitês Nacionalistas. A mobilização origina-se do Comitê, para o Comitê e pelo Comitê. (...) Foram organizados e funcionaram 240 Comitês Nacionalistas também conhecidos como Comitês Populares ou Comitês de Rua. Esse número ganha maior expressão quando situado numa cidade de 160 mil habitantes, à época, tendo tido um comparecimento eleitoral de pouco mais de 36 mil votantes". (MOACYR DE GÓES, 2000).

Nestes comitês eram discutidas questões para solucionar as dificuldades locais, regionais e nacionais paralelamente à campanha política propriamente dita se realizava também um verdadeiro trabalho de politização das massas, pois Djalma acreditava que uma vez politizado, o eleitor se integraria na luta nacionalista e anti-imperialista.

Ou seja, havia na figura de Djalma, a firme convicção de que conscientizar a população e tirá-la do estado de apatia política em que sempre tinha estado era imprescindível para que o governo parasse de representar e se responsabilizar por um povo que não podia se responsabilizar e nem tão pouco representar a si mesmo. A tentativa de tornar esse mesmo povo consciente de seu poder e valor era também a tentativa de torná-lo apto e ciente de que precisava governar a si mesmo como forma de garantir a legítima representatividade da sua classe que não era, de fato, representada no congresso, o que demonstra uma sintonia completa com a noção de liberdade para os trabalhadores de que fala o trabalhismo.

Posteriormente atuou no Partido Socialista Brasileiro (P.S.B.), que procurava representar uma alternativa às políticas do P.T.B. e do P.C.B. Aos primeiros, censurava tanto a dedicação à figura de Vargas quanto a excessiva vinculação com as estruturas sindicais herdadas do Estado Novo, seu caráter antigetulista revela ainda sua posição completamente contrária ao culto à personalidade, e ao centralismo. Já ao P.C.B. fazia críticas à falta de democracia interna dos comunistas, o P.S.B. aceitava algumas teses marxistas, defendendo a transformação da estrutura da sociedade, incluída a gradual e progressiva socialização dos meios de produção, mas em seu programa, o P.S.B. defendia que esta deveria se realizar dentro das regras da luta democrática e liberal. O seu programa cita ainda que:

“A socialização realizar-se-á gradativamente, até a transferência, ao domínio social, de todos os bens passíveis de criar riquezas, mantida a propriedade privada nos limites da possibilidade de sua utilização pessoal, sem prejuízo do interesse coletivo.” (ESTATUTO DO P.S.B., 1947)

Dessa forma, o partido procurou situar-se a meio caminho entre o socialismo radical (de inspiração marxista) e a social-democracia. Para o P.S.B., o regime soviético estava equivocado e era definido como um "capitalismo de Estado", ou seja, mantinha a exploração dos trabalhadores que agora eram explorados não mais pelo capital privado, mas pelo próprio Estado.

Podemos perceber que nas suas atuações como Deputado Estadual em 1954, Deputado Federal em 1959-60, e nas duas vezes em que exerceu o cargo de Prefeito de

Natal, Djalma teve a característica de procurar exercer um governo popular e democrático, prova disso é seu apoio as reformas de base do governo João Goulart, ao pluralismo político, à reforma agrária e à revolução cubana.

Djalma também foi responsável por implementar um vasto plano de obras na cidade com dinheiro exclusivamente brasileiro, sem nenhum tipo de convênio ou parceria com dinheiro estrangeiro

A influência do trabalhismo no pensamento de Djalma se torna mais evidente ainda quando observamos que ao assumir a prefeitura de Natal pela segunda vez, ele encontrou 42.510 crianças e adultos fora da sala de aula. Djalma elaborou um programa de ação para erradicação do analfabetismo utilizando-se do binômio: educação e democratização da cultura. Sem dinheiro para a construção de prédios escolares, a prefeitura apelou para a população: onde fosse cedida, gratuitamente, sem cobrança de aluguel, uma sala, seria instalada uma escola improvisada. Sindicatos, sociedades beneficentes, sedes de clubes de futebol, cinemas de bairros, igrejas de todos os credos, residências particulares, abriram as suas portas. A experiência de educação de massas estava se transformando em realidade. Em termos estatísticos (e quando a população de Natal era de 160 mil habitantes), em três anos, a campanha alcançou uma matrícula acumulada de 34 mil alunos; criou um centro de formação de professores; desdobrou-se na “Campanha de Pé no Chão também se Aprende uma Profissão”; qualificou 500 monitores e 32 orientadores/supervisores; obteve índices de aprovação escolar que foram de 60%, em 1961, a 85%, em 1963; e o custo-aluno médio anual foi de menos de dois dólares. (ALEXANDRE ALBUQUERQUE MARANHÃO, 2006).

O método claramente inspirado nas teorias de Paulo Freire conseguiu atender as necessidades de alfabetização das crianças do Estado, até a ditadura militar entender o método como “subversivo” e por fim ao seu projeto.

É, portanto, a concepção trabalhista de que a sociedade deve ser mudada a partir da conscientização das classes trabalhadoras, que somente através da politização e educação das classes que estão na base da pirâmide social, que será possível um melhor futuro.

CONCLUSÃO

Djalma Maranhão, um dos maiores líderes de esquerda nacionalista no Rio Grande do Norte, viveu o período “pré-golpe” de 1964, onde revoluções aconteciam pelo mundo (Revolução Chinesa em 1949, Revolução Boliviana em 1952, Revolução Cubana em 1959, Revolução Argelina em 1962), também considerando sua passagem por um partido que pregava a “Revolução” como única forma de ascensão das classes trabalhadoras, o Partido Comunista, o que favorecia, em Djalma, a tomada de atitudes revolucionárias extremadas.

Entrementes, Djalma Maranhão ganhou visibilidade e é mais constantemente lembrado pela campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”, campanha que buscava a alfabetização de crianças de classes menos favorecidas economicamente, feita em galpões, em maioria dos casos, completamente sem estrutura e investimento, que obteve resultados significativos principalmente por ter tido a colaboração imprescindível de uma parcela considerável de voluntários. A campanha foi bem sucedida também por Djalma ter adotado a idéia do “multirão”, num retorno às suas raízes comunistas, onde a sociedade inteira trabalha pela coletividade e pelo bem comum.

Djalma foi um político legítimo representante das forças populares, que assumiu ideologicamente, as bandeiras democráticas da esquerda nacionalista. Defensor de políticas sociais abrangentes, voltadas para o bem comum da população, principalmente aqueles que se encontravam à margem da sociedade de consumo surgida com o advento do capitalismo.

Símbolo da luta desigual contra o analfabetismo em nosso país e em nossa cidade, Djalma teve no trabalhismo o ancoradouro teórico que permeou toda a sua trajetória política, fazendo com que as soluções que buscava dar às urgentes necessidades da população carente, viessem dela mesma e não dos países estrangeiros

com seus convênios e parcerias que muitas vezes exigia em troca desses investimentos ainda mais sacrifícios da população.

Através da concepção trabalhista de que a classe operária tinha o direito a uma total e completa autonomia, Djalma entendia que nem o próprio governo podia agir de forma paternalista, escolhendo na figura de um presidente uma espécie de “pai da nação”.

Era preciso rejeitar qualquer recusa de dotar o povo de capacidade de entendimento dos seus problemas e da sua realidade e jamais aceitar dar à própria instituição democrática (o Estado) ou até mesmo na prática do culto à personalidade de uma figura como Vargas que ficou nacionalmente conhecida pelo epíteto de “pai dos pobres”, o poder de assumir no lugar da classe mais pobre as decisões que, julgavam os governantes, ela própria não estava apta a tomar.

É ainda, segundo a concepção trabalhista de que as transformações sociais devem acontecer oriundas das classes que estão na base da pirâmide social, ou verticalmente, de “baixo para cima”, que Djalma priorizou em seu governo a educação, o esporte e a cultura. Pois através do reconhecimento da sua cultura, da sua língua, dos seus costumes, um povo pode se identificar e se reconhecer como pertencentes a uma mesma realidade. E é essa identificação que poderá causar a união para a solução dos problemas comuns de uma classe.

Era preciso dotar o povo do conhecimento de que ele próprio buscando a sua formação, saindo de um estado de total alienação e apatia política, buscando sua alfabetização, se conscientizando e conseqüentemente se politizando e conhecendo melhor a realidade do país em que vivia, das instituições que não o representavam verdadeiramente, dos governantes que não conheciam ou partilhavam de suas dificuldades diárias, era somente dessa forma que o trabalhador tornar-se-ia forte o

suficiente para buscar as mudanças sociais necessárias para que ele próprio pudesse fiscalizar, garantir ou até mesmo gerir, criar condições para que pudesse finalmente ser reconhecido socialmente, podendo viver dignamente e, dentro de um país com tantas realidades políticas e/ou de classes diferentes pudesse reivindicar seus direitos com a sua própria voz.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Ricardo C. **O que é Sindicalismo**. 6ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

BANDEIRA, Moniz.; MELO, Clóvis; Andrade, A. T. **O ano vermelho: A Revolução Russa e Seus Reflexos no Brasil**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1967.

BARBOSA, José Clodoaldo. **Gestão Djalma Maranhão: (1960 – 1964) ações administrativas**. Natal, 1997. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas Letras e Artes. Departamento de Ciências Sociais.

BEIGUELMAN, Paula. **A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1977.

BEIGUELMAN, Paula. **Os companheiros de São Paulo: Ontem e hoje**. São Paulo: ed. Cortez, 2002

CÂMARA, Leonardo Arruda. **Djalma Maranhão e o Dia da Legalidade**. Dois Pontos: Natal, 1991.

CARONE, Edgar. **A República Velha: instituições e classes sociais**. 4ª ed. São Paulo: Difel, 1978.

CARONE, Edgar. **O Pensamento Industrial no Brasil (1880 – 1945)**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Difel, 1977. (Coleção Corpo e Alma do Brasil).

CAVALCANTI, Elda Brandão. **Djalma Maranhão: uma lição de administração popular**. Natal, 1997. 10p. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Ciências Sociais.

FAUSTO, Bóris. **Trabalho Urbano e Conflito Sociais (1890-1920)**. São Paulo: Difel, 1977.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **História e Teoria dos Partidos Políticos no Brasil**. In: Partido Comunista. 3ª ed. São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1980.

GÓES, Moacyr de (org). **Dois Livros de Djalma Maranhão no Exílio**. Prefeitura Municipal do Natal: Edição comemorativa dos 400 anos da cidade, 2000.

GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

KHOURY, Yara Aun . **As greves em São Paulo**. São Paulo: Ed. Cortez/Autores Associados, 1981.

KOCHAN, Lionel. **Origens da Revolução Russa (1890 – 1918)**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

MACHADO, João Batista. **Resgate da Memória Política**. 1ª ed. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 2006.

MARAN, Sheldon Leslie. **Anarquistas, imigrantes e movimento operário no Brasil**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1979.

MARKUN, Paulo (org). **O melhor do Roda Viva: O Mais Antigo e Respeitado Programa de Entrevistas na TV**. 1ª Ed. São Paulo: Editora Conex, 2005.

NAVARRO, JURANDYR. **Rio Grande do Norte: Os Notáveis dos 500 Anos**. 1ª ed. Natal: Editora do Autor, 2004.

NICOLAU, Jairo. **História do Voto no Brasil**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004. (Coleção Descobrimdo o Brasil).

NOVAES, Carlos Eduardo; RODRIGUES, Vilmar. **Capitalismo para Principiantes**. 15ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1987.

OLIVEIRA, Geraldo Sabino de. **História do Sindicalismo no Rio Grande do Norte**. 1ª ed. Natal: Edições Clima, 1985.

PETRONE, Maria Tereza S. **Imigração Assalariada**. In: Holanda, S. B. História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II. V. 3. Rio de Janeiro: Difel, 1976.

PLUM, Werner. **Discussões Sobre a Pobreza das Massas nos Princípios da industrialização**. 1ª ed. Alemanha: Hildesheimer Druck-Und Verlagsg-Gmbh. 1979.

SEGATTO, José Antônio. **História do P.C.B.** (Coleção “A questão social no Brasil”). São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

SILVA, Maria da Guia de Souza. **Djalma Maranhão: ou o semeador de utopias de transformação social**. Natal, 1999.140 p. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Ciências Sociais.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **Em Busca do Voto Perdido: os meios de comunicação na tentativa de resgatar um pacto populista**. 1ª ed. Natal: Editora Coorjornat, 1982.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Contribuição à História do PCB; Antecedentes**. Temas de Ciências Humanas. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1980.

TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra. **Aluízio Alves: Populismo & Modernização no Rio Grande do Norte**. 1ª ed. Natal: Sebo Vermelho. 2004.

VOLIN. **A Revolução desconhecida: Nascimento, Crescimento e Triunfo da Revolução Russa (1825 – 1917)**. 1ª ed. São Paulo: Global Editora, 1980.

FONTES

FERNANDES, Anchieta. **Djalma Maranhão**: Exemplo de esquerda de Político Comprometido com o Popular. Entreviro de Djalma com o P.C.B. Jornal Onda, Natal, p. 7. Nov/Dez 2006.

MARANHÃO, Alexandre Albuquerque. **35 Anos Sem Djalma Maranhão**. Jornal O Poti Especial: Edição dominical do Diário de Natal. Natal, 30 de julho de 2006.

VILAR, Sérgio. **Há 35 Anos Morria Djalma Maranhão**. Jornal O Poti Especial: Edição dominical do Diário de Natal. Natal, 30 de julho de 2006.

GUIA de leitura por Ronaldo Vainfas. [on line]. Disponível na Internet: http://www.folha.uol.com.br/fof/brasil500/guia_23.htm

O VICE de Juscelino Kubitschek por Ângela de Castro Gomes. [on line]. Disponível na Internet:
http://www.cpdoc.fgv.br/nav_igoulart/htm/3Vice_presidente_JK/O_vice_de_JK.asp

A INVENÇÃO do trabalhismo comentado por Boris Fausto. [on line]. Disponível na Internet:
<http://sindicalismo.pessoal.bridge.com.br/GOMES,%20Angela%20de%20Castro%202005.htm>

HISTÓRICO. [on line]. Disponível na Internet:

<http://diariodenatal.com.br/site/historico.php>

ESTATUTO do partido comunista – PC do B [on line]. Disponível na Internet:

<http://www.pcdob.org.br>

A SAGA do partido comunista do Brasil. [on line]. Disponível na Internet:

<http://www.vermelho.org.br/pcdob>

BIBLIOTECA do partido comunista. [on line]. Disponível na Internet:

<http://www.pcb.org.br>

ESTATUTO do partido socialista brasileiro. [on line]. Disponível na Internet:

<http://www.psbnacional.org.br/>

